

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

RICARDO R. SCHENFELD

**HILARY PUTNAM E A REJEIÇÃO DO REALISMO METAFÍSICO:
RELATIVIDADE CONCEITUAL E A INTERDEPENDÊNCIA DE FATOS E VALORES**

PORTO ALEGRE

2023

RICARDO R. SCHENFELD

**HILARY PUTNAM E A REJEIÇÃO DO REALISMO METAFÍSICO:
RELATIVIDADE CONCEITUAL E A INTERDEPENDÊNCIA DE FATOS E VALORES**

Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).

Orientador: Prof. Dr. Paulo Francisco Estrella Faria

PORTO ALEGRE

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Schenfeld , Ricardo R.
Hilary Putnam e a rejeição do Realismo Metafísico:
Relatividade conceitual e a interdependência de fatos
e valores / Ricardo R. Schenfeld . -- 23.
51 f.
Orientador: Paulo Francisco Estrella Faria.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em
Filosofia, Porto Alegre, BR-RS, 23.

1. Hilary Putnam (1926 - 2016). 2. Realismo
Metafísico. 3. Realismo Interno. 4. Relatividade
conceitual. 5. Dicotomia Fato/Valor. I. Faria, Paulo
Francisco Estrella, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RICARDO R. SCHENFELD

**HILARY PUTNAM E A REJEIÇÃO DO REALISMO METAFÍSICO:
RELATIVIDADE CONCEITUAL E A INTERDEPENDÊNCIA DE FATOS E VALORES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Filosofia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Francisco Estrella Faria (UFRGS)

Prof. Dr. Rogério Passos Severo (UFRGS)

Prof. Dr. Eduardo Vicentini De Medeiros (UFSM)

Existe um conceito, atribuído ao contista Horacio Quiroga, no qual ele diz que, se um vento frio sopra dos lados do rio, é preciso escrever simplesmente *um vento frio sopra dos lados do rio*. Quiroga, se de fato disse isso, parece ter esquecido que essa construção está tão distante da realidade quanto o vento frio que sopra dos lados do rio. Que percepção temos? Sentimos o movimento do ar, chamamos isso de vento; sentimos que esse vento vem de certa direção, dos lados do rio. E com tudo isso formamos algo tão complexo quanto um poema de Góngora ou uma frase de Joyce. Voltemos à expressão “o vento que sopra dos lados do rio”. Criamos um sujeito: *vento*; um verbo: *que sopra*; numa circunstância real: *dos lados do rio*. Tudo isso está distante da realidade; a realidade é uma coisa mais simples.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fornecer um retrato de um período de “transposição de doutrinas” do filósofo americano Hilary Putnam (1926 – 2016). Mais precisamente, o seu abandono e rejeição da tese ontológica do “Realismo Metafísico” em favor de um “Realismo Interno”; tentando expor quais parecem ter sido algumas das principais consequências do seu embarque nessa nova concepção teórica. Para isso, procederei em analisar seus argumentos dispostos principalmente durante a década de 80, em diversas obras, mas principalmente em *Razão, História e Verdade*, de 1981. Parte da preocupação de Putnam nesse livro, conforme ele anuncia em seu prefácio, é de argumentar contra certas dicotomias tradicionais presentes tanto na prática filosófica, quanto no senso comum que, diz ele, são infundadas e errôneas. Entre elas estão, a mente e o mundo, as visões objetivas e subjetivas da verdade e, especialmente, a separação de fatos e valores. Essas dicotomias, argumenta, estão permeadas equivocadamente no nosso pensamento de tal maneira em consequência de uma visão ontológica profundamente enraizada e influente, a do Realismo Metafísico. Uma vez que conseguimos reconhecer a nossa inexorável dependência de nossos esquemas conceituais, como a proposta pelo Realismo Interno, é possível visionar um sistema sensato de ajuizamento dos nossos mais diferentes tipos de problemas; suficientemente flexíveis, coesos e capazes de desenvolver concepções de verdade, racionalidade e objetividade mais sensatas que aquelas que nos envolvem atualmente.

Palavras-chave: Hilary Putnam, realismo metafísico, realismo interno, relatividade conceitual, dicotomia fato/valor.

ABSTRACT

This work aims to provide a picture of a phase of “transposition of doctrines” by the American philosopher Hilary Putnam (1926 – 2016). Namely, his abandonment and rejection of the ontological thesis known as “Metaphysical Realism”, in favour of an alternative, which he called “Internal Realism”. I’ll be seeking to investigate what were the consequences of his new endeavor into this different ontological perspective. To achieve that, my approach will be to analyse his arguments as he arranged them specially during the 80’s, in many works, but mainly on his book *Reason, Truth and History*, of 1981. Part of Putnam’s concerns in this book, as he states in the preface, is to argue against certain traditional dichotomies, evenly pervasive both in the philosophical practice and in the common sense which, he affirms, are groundless and erroneous. Among them are, the Mind and the World division, the Objective and Subjective visions of the world and, specially, the division of Facts and Values. Those dichotomies, says Putnam, are defined and entrenched in our thoughts in such a misleading way in consequence of an extremely deep and influential ontological vision, that of the Metaphysical Realist. Once we are able to realize the inexorable ways in which we are dependent on our conceptual schemes, as proposed by Internal Realism, it is possible to envision a more fruitful system of judgments of our many different types of problems. A system that is flexible, coherent and in a position to build up conceptions of Truth, Rationality and Objectivity that are more effective than those that keep us on hold right now.

Keywords: Hilary Putnam, Metaphysical Realism, Internal Realism, conceptual relativity, fact/value dichotomy.

SUMÁRIO

1	Introdução ...	8
2	Verdade e Realismo ...	12
3	A “renegação” ontológica de Putnam ...	18
3.1	Uma posição externalista: o realismo metafísico ...	20
3.2	A perspectiva divina ...	21
3.2.1	Ceticismo desencadeado: cérebros numa cuba ...	23
3.2.2	Uma teoria mágica de referência e o Guru de Sydney ...	25
3.3	A alternativa de Putnam: um realismo interno ...	27
3.3.1	Relatividade conceitual ...	29
3.3.2	Verdade e “Aceitabilidade Racional” ...	31
4	A interdependência de fatos e valores ...	35
4.1	Uma breve história da dicotomia fato/valor ...	36
4.2	Valores epistêmicos ...	39
4.2.1	A ciência é livre de valores? ...	40
4.2.2	BANG! ...	42
4.3	O emaranhamento gramatical ...	44
4.3.1	Conceitos éticos espessos e os “Superbenthamianos” ...	46
5	Conclusão ...	49
■	REFERÊNCIAS ...	50

1 INTRODUÇÃO

Hilary Putnam (1926 – 2016) foi um importante filósofo americano na tradição analítica. O desenvolvimento da teoria causal de referência, o externalismo semântico e o funcionalismo da mente são algumas das importantes ideias da filosofia deste último século, nas quais Putnam teve decisiva influência. A sua defluência teórica no desenvolvimento de diversas e importantes escolas de pensamento durante as subseqüentes décadas, revelou também duas características incomuns de seu *modus operandi* em relação à maioria dos outros grandes filósofos de símile estatura: primeiro, uma índole em exercer intensa apreciação na crítica tanto de suas ideias como na de outros pensadores e, segundo, uma pronta disposição em reformular ou substituir suas posições intelectuais quando nelas identificados problemas.

De fato, tal característica se mostrou tão marcante, que se tornou visível até nos seus relatos autobiográficos, como diz Putnam:

Hoje em dia me encontro dividido em três “Putnams” (mais ou menos como o Wittgenstein inicial, intermediário e o final). O “Putnam inicial” foi aquele firme realista científico, o “Putnam intermediário” foi aquele que dizem ter repudiado o realismo científico em favor do realismo interno, e o “Putnam” mais recente é normalmente descrito como um defensor do realismo de senso comum. (PUTNAM, 2013)

A partir dos anos 70, insatisfeito com as supostas inconsistências que parecia encontrar nas dominantes teorias de verdade, na ideia de “realismo metafísico” e, também, sob uma influência cada vez mais destacada dos filósofos pragmatistas americanos como John Dewey e William James, Putnam começou a defender uma visão pragmática da racionalidade e da verdade que chamou de “Realismo Interno”.

Dois pontos foram especialmente catalisadores para essa mudança de atitude: primeiro, o desenvolvimento da sua teoria causal de referência, principalmente disposta no seu ensaio “*The Meaning of ‘Meaning’*”, de 1975; e, segundo, pelo surgimento de notórios argumentos na filosofia da ciência – de autores como Thomas Kuhn, Paul Feyerabend e Norwood Russell Hansen – que, apresentavam um novo tipo de desafio à concepção realista de significado: de como

diferentes teorias poderiam representar diferentes “mundos” e diferentes “línguas” e, dessa forma, como seriam “incomensuráveis” entre si.

Conseqüentemente, as investigações e conclusões desse período *putnamiano* tiveram influência direta no percurso da sua última fase intelectual, onde começou a tratar não só dos grandes problemas filosóficos – sejam eles metafísicos, epistemológicos ou da mente –, mas também de importantes problemas da esfera ética e social.

De todos os problemas que consumiram Putnam após sua exposição das incoerências e insustentabilidades do realismo metafísico, talvez nenhum deles se revelou mais prevacente do que sua oposição às dicotomias filosóficas que, segundo ele, instauraram-se e permaneceram constantes durante boa parte da modernidade desde a revolução científica, principalmente a chamada *dicotomia fato/valor*. Pois, por certo, dentre todas “*as charadas filosóficas – tanto aquelas investigadas pelos filósofos quanto aquelas fabricadas por eles – existe uma coisa espinhosa no relacionamento de questões de fato e questões de juízo valorativo*”. (MARCHETTI, 2017)

De fato, tal companhia é desconfortável até hoje. Quem, após devida digressão anamnética, não consegue recordar alguma situação onde, até no cotidiano, esta distinção foi abruptamente empunhada – uma espécie de carta na manga –, muitas vezes capaz de comprometer ou colapsar o percurso de uma inteira discussão: “isso é para ser uma questão de fato ou uma mera opinião de valor?”. “*A pressuposição da questão é que, caso seja um juízo de valor, não pode possivelmente ser um ‘fato’ e, muito comumente, a pressuposição imediatamente posterior é que os juízos de valor são subjetivos*”. (PUTNAM, 1981) A presença dominante desta posição tanto no senso comum, quanto em outras áreas com direta influência prática¹, fez Putnam declarar a “institucionalização” da dicotomia fato/valor no tecido social.

1 Por exemplo, H.L.A Hart no positivismo jurídico e Lionel Robbins nas ciências econômicas, cujos pensamentos foram diretamente influenciados pelas ideias do Círculo de Viena

Com efeito, muitos dos trabalhos de Putnam nas suas últimas duas décadas de vida convergiram reiteradamente nas suas críticas às chamadas dicotomias filosóficas, principalmente a *dicotomia fato/valor* que, afirmava, continuava a exercer uma forma de asfixia em nosso pensamento e que, uma vez superada, nos permitiria desenvolver concepções de verdade, racionalidade e objetividade mais sensatas do que aqueles que nos envolvem atualmente. Esse interesse contínuo culminou em uma das grandes obras de seu último período intelectual, “*O Colapso da Dicotomia Fato/Valor*” de 2002, onde Putnam procedeu em fazer um relato extensivo da história do problema, desde Hume e os Positivistas Lógicos; identificando os seus problemas e fornecendo os seus juízos.

Porém, o objetivo deste ensaio é muito mais modesto e, consiste em fornecer uma breve fotografia da gênese desse período intermediário, que procuro chamar de “transposição de pensamentos”: da rejeição por Putnam do realismo metafísico, da sua concepção de realismo interno e, de como as conclusões de tais empreendimentos intelectuais mostraram-se a fagulha da sua transposição para o campo das questões práticas, principalmente aquelas relacionadas à ética e aos valores. Esse resultado foi, como eu interpreto, uma consequência direta das suas ideias a respeito da natureza da verdade e da nossa irremediável e profunda dependência do que ele chamava de nossos “esquemas conceituais”.

No fim, Putnam acabou abandonando sua doutrina do *realismo interno* a partir dos anos 90 a favor de um “realismo de senso comum²”, mas, apesar das controvérsias que sua teoria precedente suscitou – principalmente acerca do seu chamado relativismo conceitual –, as suas ideias e debates dessa época mostraram-se muito influentes em campos da filosofia como das ciências e da ética nas décadas subsequentes. Exemplos de contemporâneas escolas de pensamento com diversas afinidades ao projeto de Putnam, que procuraram alimentar ou estender suas investigações são os Perspectivismos³, na filosofia da ciência e as teorias de Coerência na metaética⁴ e nas Ciências Cognitivas⁵.

2 Ou Realismo Direto, “Realismo Natural”

3 Por exemplo, a italiana Michela Massimi

4 Os filósofos Walter Sinnott-Armstrong e Geoffrey Sayre-Mccord são exemplos.

5 O canadense Paul Thagard é um exemplo dessa corrente.

Porém, apesar dessa deserção de Putnam, para fins autodidáticos de alguém com interesse e aspirações acadêmicas na metaética, acredito que esse é um tema suficientemente rico para uma introdução aos importantes conceitos dessa área, como ontologia, filosofia da linguagem, epistemologia e filosofia moral. Para esse propósito, de todas as suas obras deste período, talvez a mais clara e articulada visão do seu pensamento seja aquela exposta em “*Razão, Verdade e História*” de 1981, que será usada como fonte primária para este breve trabalho.

Minha intenção é manobrar este percurso heurístico da seguinte forma: (1) fornecer um breve retrato introdutório do *realismo* no pensamento filosófico, sua correlação com as teorias de verdade e sua associação com a epistemologia e filosofia da linguagem, (2) expor o argumento de Putnam pela incoerência do chamado “realismo metafísico”, o porquê de crer que a verdade precisa consistir em um tipo de relação epistêmica entre os agentes e o mundo, e sua concepção de “realismo interno”; e, por fim, (3) fazer uma análise e interpretação ponderada de como acredito que tais conclusões afetaram o seu embarque para a esfera do estudo das questões valorativas, e quais suas principais consequências. Para isso, tratarei de dois casos particulares e representativos: o da ciência e o da ética.

2 VERDADE E REALISMO

Em geral, inclino-me a pensar que a maior parte, senão a totalidade, das dificuldades a que até agora os filósofos distraíram-se, e bloquearam o acesso ao conhecimento, se deve inteiramente a nós mesmos – primeiro levantamos a poeira e depois queixamo-nos que não conseguimos enxergar.

Berkeley

A ideia de ‘realismo’ na filosofia é uma Hidra de Lerna com muitas cabeças. De fato, a literatura filosófica possui inúmeros exemplos e contraexemplos de teorias que se encastram ou alimentam-se em tal objeto investigativo – realismo moral, realismo metafísico, realismo semântico, realismo estético, realismo matemático, realismo científico e outros. Entretanto, apesar desse aspecto hercúleo, o filósofo americano Willard van Orman Quine (1908 – 2000) conseguiu sintetizar uma panorâmica elegante do problema central partilhado por todas essas cabeças:

Uma coisa curiosa sobre o problema ontológico é a sua simplicidade. Ele pode ser arranjado em três monossílabos anglo-saxônicos: “O que existe^{6?}” Pode ser respondido, de maneira geral, em uma palavra – “Tudo” – e todos aceitarão tal resposta como verdadeira. Por outro lado, isso é apenas dizer que existe o que existe. Ainda resta espaço para desacordos; então o assunto permaneceu vivo por séculos. (QUINE, 1948)

De forma geral, o realismo postula a existência de certas entidades e que essas entidades possuem um certo tipo de independência. ‘Entidades’ aqui, se trata de um termo genérico, pois podem constituir-se de diferentes tipos de coisas; podem ser objetos, fatos, propriedades, substâncias, etc. Por exemplo, o realismo moral está comprometido com a existência de fatos ou propriedades morais, o realismo matemático com a existência de objetos matemáticos – como números, frações –, o realismo científico com a existência de entidades não-observáveis pressupostas pela ciência – como elétrons, expressão genética, quarks, etc. –, e assim por diante.

A mais relevante e comum asserção é a de que essas entidades têm propriedades ou uma natureza distinta de como falamos ou pensamos nelas; é de sua essência possuírem, em alguma extensão, o que chamamos de independência

6 What is there?

da mente – uma independência conceitual e metafísica da atividade humana. A perspectiva realista, portanto, ao sustentar a existência de um “mundo” de propriedades exterior ou independente da nossa mente, postula uma *brecha* entre estes dois espaços, cuja possibilidade de acesso ou natureza de contato precisa ser determinada.

Conseqüentemente, argumentos contrários ao realismo despontam por via dessa ideia de *brecha*. Contudo, como Putnam procura esclarecer, o antirrealismo é “*um desembarque recente na filosofia, e hoje mesmo continua sendo confundido com outros pontos de vista de tipos seriamente distintos*” (PUTNAM, 1981). Os argumentos contra o realismo, do século XVIII em diante, comumente apresentavam-se com um sabor epistemológico: em vez de questionar a existência de um mundo exterior, a pergunta era como poderíamos resolutamente falar da realidade – se o realista não possuía nenhuma justificação para os problemas epistêmicos de como podemos acessar o “mundo”, através da suposta *brecha* – a tese não pareceria ter uma firme sustentação. Os empiricistas britânicos, como Berkeley, mas principalmente os idealistas como Kant, são alguns dos exemplos de filósofos que expressaram fortes dúvidas sobre como nós podemos conhecer esse “mundo”.

Por outro lado, a partir do século XX, os argumentos contra e a favor do realismo procuraram ser erguidos a partir das teses da filosofia da linguagem. Fatos semânticos concernem à relação entre a natureza das coisas e os usuários de uma língua. Em virtude do estado do usuário de uma língua e o estado do resto do mundo, existe algumas vezes a relação – uma relação de referência – entre as palavras faladas e escritas com itens dentro do mundo. Conseqüentemente, uma proposição representa o mundo a partir de uma certa perspectiva. A proposição só é verdadeira, ou um “fato” do mundo, no caso em que a maneira como o mundo é representado corresponde à maneira como o mundo realmente é; portanto, a teoria de correspondência sustenta que existe uma conexão direta entre nossas palavras, conceitos, representações e o mundo. Esta é a fonte do acesso com que o realista cogita “fechar” a presumida “brecha” que existe entre os domínios: se as asserções são verdadeiras quando correspondem à realidade, então nós possuímos um

acesso ao que existe lá fora, ao real, simplesmente trabalhando na identificação de quais proposições são verdadeiras e quais não são.

Os conceitos de “verdade” e “fato” acabaram adquirindo, dessa maneira, uma função central na discussão realista. Por consequência, os debates acerca da correta teoria do realismo muitas vezes estiveram, implícita ou explicitamente, envolvidos ou a mercê de um debate concomitante sobre qual é a teoria da verdade que é correta. Negar um tipo de correspondência entre nossos símbolos, pensamentos ou representações e o mundo é, muitas vezes, assumido como a estratégia típica de um opositor do realismo, seja ele antirrealista ou relativista.

Contudo, apesar dessa aparência elementar, o conceito de verdade ainda suscita muitas irresoluções. J.L. Austin, por exemplo, foi um dos filósofos contemporâneos que procurou expor⁷ as dificuldades de se fornecer uma definição satisfatória de *Real*, ou *Realidade*, consoante os nossos usos de tal palavra e, sob um ponto de vista estritamente semântico e social, a noção de *Verdade* parece apresentar as mesmas dificuldades – ela possui simultaneamente uma dualidade em manifestar-se como um conceito de extremo senso comum ou de lúgubre impenetrabilidade. Putnam evoca essa aparente duplicidade a fim de demonstrar como as nossas próprias intuições sobre o assunto parecem minar qualquer horizonte de objetividade: “*Se alguém nos aborda com um brilho nos olhos e diz, Não quer conhecer ‘a verdade?’ , a nossa reação geralmente é ficarmos bastante desconfiados dessa pessoa*”. (PUTNAM, 1981)

Um dos problemas mais imediatos que o conceito de verdade estimula diante das dificuldades do problema realista é, por exemplo, como, diante da pluralidade de “diferentes” realismos – moral, matemático, científico, etc. – seria possível empunhar uma teoria de verdade que consiga conciliar a pluralidade de todas as suas diferentes propriedades? É preciso conjecturar a ideia de existir uma Verdade – com “V” maiúsculo – capaz de compô-las todas simultaneamente? Tal tipo de digressão faz a verdade parecer progressivamente inexecutável aos padrões extraordinários, a ponto de tornar-se uma quimera.

7 AUSTIN, J.L. *Sense and Sensibilia*, 1963. Cap. VII

Porém, apesar das notórias dificuldades, é justamente pelo seu aspecto ordinário que teoria de correspondência da verdade não permite ser facilmente abandonada. Ela aparenta ser a alternativa mais plausível justamente por sua familiaridade no cotidiano prático. O filósofo britânico Philip Kitcher, por exemplo, que frequentemente apoia-se em aspectos biológicos nos seus argumentos, procura demonstrar como essa relação de correspondência parece sustentar-se naturalmente no senso comum – nós todos seríamos realistas “de casa”. Uma teoria da verdade por correspondência não precisa envolver uma metafísica extravagante para justificá-la, ela provém espontaneamente de nossas práticas usuais:

Nós prevemos o comportamento de nossos semelhantes atribuindo-lhes estados com conteúdo proposicional. Explicamos e prevemos o sucesso diferencial de nossos vizinhos em lidar com o mundo a partir da suposição de que existe uma relação entre os elementos de suas representações e os objetos independentes. Aqueles com crenças corretas sobre relações espaciais conseguem navegar com mais sucesso do que aqueles com crenças equivocadas, e eles são bem-sucedidos de tal forma por decorrência das suas crenças corresponderem às maneiras como os constituintes de seu ambiente estão arranjados. (KITCHER, 1993)

Uma pessoa só se torna cética ou antirrealista quando se encontra ilhada com uma questão ou problema que desafia o seu entendimento ou que não consegue solucionar⁸.

Não resta dúvida, portanto, que intuitivamente o realismo possui uma grande afinidade com uma concepção de verdade por correspondência – um realismo que concebe os nossos pensamentos em paralelo com um mundo objetivo e independente, cuja existência não tem a nossa subscrição e, que possui uma quantidade túrbida de características que passarão despercebidas da nossa ou de qualquer consciência. Como o filósofo australiano Michael Devitt afirma, uma teoria realista não precisa empunhar necessariamente a teoria da verdade por correspondência como seu garfo e faca principais, mas ela é o “*seu acompanhamento semântico natural*”⁹ (DEVITT, 1997).

Contudo, essa ideia de uma realidade independente da mente, que chega pré-embalada, pronta e dividida anteriormente à nossa cognição, produz dificuldades

8 Imediatamente lembro da célebre frase de Mike Tyson: “Todos têm um plano até levarem um soco na boca”.

9 “Natural semantic side dish”

ao tentarmos articular a relação entre ela e a verdade. Se quando procurarmos expor os fatos, nós nos encontramos regressando para a estrutura de nossos pensamentos e das sentenças que usamos para expressá-los, seria possível haver uma realidade que seria emancipada de nossos juízos e interpretações? Quando nos propomos a articular a correta estrutura do mundo, nós aparentemente não somos capazes de dizer nada mais além do que corresponde à estrutura de nossos pensamentos.

Tal tipo de dificuldade propõe consideramos o abandono de uma dependência tão acentuada pelo mundo “lá fora”, através de uma perspectiva externa, e começarmos a considerar como o mundo se parece a partir de uma ênfase por “dentro”, numa perspectiva interna, suficientemente consciente da responsabilidade epistêmica do agente neste processo. Pois, se para identificar certa situação como um “fato” consiste em interpretá-la e julgá-la como tal, é necessário reconhecer como a nossa experiência é condicionada ou permeada pelas nossas capacidades conceituais. Se os “fatos” do mundo não podem ser articulados independentemente da maneira da qual nós articulamos o mundo, como podemos reconhecer como eles são de fato, essencialmente, quando isentos da contribuição perspectivista que adquirem através da peneira de nossos pensamentos?

Esse é o principal obstáculo que a teoria da verdade por correspondência deixa transparecer e cujo problema é identificado pelo filósofo britânico Simon Blackburn, que repara como ela parece criar uma imagem errônea da nossa pressuposta relação com o mundo:

Nos retrata, pode-se pensar, como recipientes passivos que não fazem nada além de refletir um mundo já pronto e autointerpretado, e não como investigadores ativos e responsáveis, autores de nossas próprias categorias e das nossas próprias interpretações das coisas. (BLACKBURN, 2018)

Hilary Putnam foi dos filósofos contemporâneos que procurou desafiar os alicerces dessa teoria realista e das dificuldades que ela parecia suscitar. Inicialmente conhecido por seus trabalhos na filosofia da matemática e da ciência, Putnam começou progressivamente a entabular contribuições em outras áreas

filosóficas, principalmente através da filosofia da linguagem, durante as décadas de 60 e 70. Então, a partir do final da década de 70, Putnam tratou de desenvolver a sua própria concepção de tese realista, que chamou de *realismo interno*, onde procurou sustentar como, de certa maneira, o “*mundo não é descritível independente de nossas descrições*” (PUTNAM, 1977), e que todos os nossos enunciados e proposições precisam ser expressos por meio de conceitos: tudo sobre o que conseguimos falar ou pensar são entidades conceitualizadas.

Parte desse empreendimento, se deu a partir da argumentação contra a dissonância das premissas do que Putnam chamava da tese do *Realismo Metafísico*.

3 A “RENEGAÇÃO” ONTOLÓGICA DE PUTNAM

Mais de uma vez gritei para a abóboda que era impossível decifrar aquele texto. Gradualmente, o enigma concreto que me ocupava me inquietou menos que o enigma genérico de uma sentença escrita por um deus. Que tipo de sentença (perguntei a mim mesmo) construirá uma mente absoluta?

Borges

O interesse de Putnam em questões relativas à ética e aos valores teve origem na progressiva mudança de sua perspectiva ontológica e na preocupação em rejeitar interpretações reducionistas da ciência acerca de diferentes questões, como, por exemplo, aquelas de natureza moral. A partir dos anos 70, até então célebre por sua obstinação à posição científica realista¹⁰ e um dos fundadores da teoria de referência causal, Putnam começou a demonstrar uma transformação quanto ao discernimento de suas passadas convicções¹¹. Afirmando que seu antigo comprometimento com a tese realista – ou como agora prefere chamá-la, o “realismo metafísico” – não foi apenas equivocado, mas que a sua tese também desemboca na incoerência.

O período de “revolução linguística”, ou *linguistic turn*, foi um evento notório na filosofia do século 20, no qual Hilary Putnam teve presença ativa. A filosofia da linguagem tomou a dianteira em diferentes tradições, como a escola analítica e a hermenêutica, e pareceu ser o instrumento ideal para enfrentar os seus grandes problemas. Dentre as notáveis preocupações suscitadas por essa corrente, estavam as de natureza ontológica. De fato, é muito difícil falar sobre linguagem sem falar sobre o mundo; uma filosofia da linguagem está fadada a ser afinada com uma teoria do mundo extralinguístico. Quando aludimos à objetividade de proposições

10 Especialmente reconhecido pelo chamado “Argumento do Milagre” em favor do realismo científico. De forma concisa, o argumento é o seguinte: As propriedades que o realismo científico pressupõe consistem na melhor explicação do porquê as coisas funcionam de forma tão afinada. Por exemplo, a “curva espaço-temporal” faz parte da explicação de porque os aviões conseguem navegar tão satisfatoriamente ou não chocar-se uns com ou outros no meio do céu; os “genes” na explicação de certas doenças hereditárias; os “elétrons” no funcionamento de nossos aparelhos eletrônicos, etc. O Realismo Científico portanto, é a única filosofia que não faz do sucesso da ciência um milagre; apoiando-se na inferência para a melhor explicação, só a pressuposição da verdadeira existência das entidades que a ciência conjectura fornece a uma explicação plausível para o seu sucesso.

11 Michael Devitt (1997) o chama de “O renegado Putnam” por essa razão: “*um surpreendente exemplo de filósofo contemporâneo que deixou-se embocar no idealismo kantiano por vias de linguagem*”. Porém, Putnam (2013) lamenta essa reputação, que considerava equivocada.

formadas de algum enunciado ou de uma área de estudo, essa objetividade compreende a ideia que a precisão ou imprecisão dessas proposições envolverá, em alguma medida, uma independência conceitual e metafísica da atividade humana, uma *independência da mente*.

O “realismo metafísico”, tal como Putnam descreve, consiste na ideia de uma unidade, de uma complexidade particular da realidade exterior ou, como ele chama, do “Mundo¹²”. Nessa perspectiva – conforme a sua concepção – existe uma conexão causal ou uma ordem explanatória onde todos os fatos devem caber. Por consequência disso, o realismo metafísico assume implicitamente a existência de um problema da mente e corpo e a existência de um problema de fato e valores. Cabe então aos realistas deste ponto de vista, a tarefa de situar o lugar da mente num mundo físico e o lugar de valores num mundo de fatos.

O engajamento de Putnam em elaborar uma concepção satisfatória e consistente do realismo, da relação da mente com o mundo e, da natureza dos valores, tornaram-se coadjuvantes às suas diligências ontológicas a respeito do mundo exterior a nós – sobre o que existe e como podemos caracterizá-lo. A incoerência da tese do realismo metafísico assume implicitamente consequências que ele considerava altamente implausíveis, como, por exemplo, a teoria de que nossas experiências sensitivas podem ser identificados com certos eventos físicos¹³,

12 Ou MUNDO (Em letras maiúsculas, WORLD)

13 Mind-body identity ou “Materialismo reducionista” na nomenclatura preferencial de Putnam. A tese central, normalmente associada ao filósofo J.J.C Smart, é que os estados mentais *são* estados físicos do cérebro, há uma relação direta. Isto é, cada tipo de estado ou processo mental é numericamente idêntico a algum tipo de estado ou processo mental no interior do cérebro ou no sistema nervoso central. A teoria sustenta a existência de uma correlação direta – são a mesmo – de forma análoga a, por exemplo, como um raio acaba por ser idêntico à descarga elétrica – só existe um fenômeno, não dois. E, o que pensávamos consistir fenômenos correlatos distintos, trata-se de um único evento, com duas descrições. O principal problema que Putnam e outros filósofos encontraram com essa hipótese consiste no problema da múltipla realizabilidade de estados mentais, a ideia de que é possível produzir algo em mais de uma maneira, empregando diferentes materiais. Considere como, por exemplo, um artefato, como um relógio, pode ser construído de diferentes materiais; porém, seja o relógio do seu pulso, o Big Ben, ou um relógio solar talhado na pedra, possuem simetria quanto a sua função: eles indicam o tempo de forma equivalente e satisfatória. Da mesma forma, estados mentais parecem ter uma natureza similar. Por exemplo, quando humanos sentem dor, uma parte do seu cérebro é ativada – digamos córtex neo frontal ou Fibras-C. A hipótese do materialismo reducionista procura demonstrar como um estado mental – como, por exemplo, *dor* – é idêntico a um estado de um cérebro que incorpora esse tipo de atividade específica no córtex neo frontal ou nas Fibras-C. Mas esse tipo de posição implicaria que outros animais, como peixes ou crustáceos, cujo organismo consiste ou é organizado de forma diferente ao nosso – e.g não possui córtex neo frontal, fibras-c, etc. –, não podem estar num estado de *dor*. Porém, é uma conjectura regular, tanto do senso comum quanto científico, que tais animais sentem de fato dor, seja pelo comportamento que exibem ou de alguma outra constatação empírica. Por exemplo, quando são fígadas por um anzol no seu corpo, ou cozidas ainda vivas em água fervente. Esse processo de reduzir os eventos mentais para um “substrato” fisicalista é uma característica intrínseca do projeto do realismo

ou a algum tipo de relativismo, como a incomensurabilidade de diferentes paradigmas, ou a asserção que não existem fatos que não sejam relativos sobre valores e moralidade¹⁴.

3.1 A POSIÇÃO EXTERNALISTA – O “REALISMO METAFÍSICO”

Em *Razão, Verdade e História*, de 1981, Hilary Putnam procura fornecer uma articulação descritiva entre duas perspectivas realistas contrastantes: uma externalista e a outra internalista. A perspectiva externalista, que procura intitular de “realismo metafísico”, é caracterizada consistindo em três teses:

O mundo consiste em uma totalidade fixa de objetos independentes da mente. Existe uma, e apenas uma descrição completa do “mundo tal como ele é”. Verdade envolve algum tipo de relação de correspondência entre palavras ou “símbolos do pensamento” e coisas externas e conjuntos de coisas. (PUTNAM, 1981)

O que ele denomina “realismo metafísico” é um tipo de realismo sobre o mundo externo: é uma doutrina metafísica com duas dimensões. Primeiro, é uma doutrina sobre o que existe e, segundo, uma doutrina sobre a natureza dessa existência. Sobre a primeira, sustenta que todas as entidades físicas – como pedras, árvores e gatos – existem, são reais. Segundo, que tais entidades não dependem em sua existência ou sua natureza das nossas mentes – que nós as reparemos, percebamos ou que pensemos nelas. O realista então trata tais entidades como “independentes” ou “externas” à mente. Porém, essa suposta dimensão independente, conforme postulada pelos realistas, não rejeita as relações causais entre nossas mentes e o mundo físico: nós podemos jogar pedras nos rios, plantar árvores, botar fogo em gatos¹⁵, etc.

A primeira tese do realismo metafísico, portanto, que o mundo consiste em uma totalidade fixa de objetos independentes da mente, procura caracterizar a estrutura do mundo exterior de forma não-epistêmica, existindo independentemente da mente humana e de uma linguagem. O realista metafísico propõe que os

metafísico.

14 Ceticismo quanto a objetividade de questões morais

15 Para usar o exemplo macabro de Gilbert Harman (1977)

componentes do mundo possuem uma independência ontológica dessas partes e, que consistem numa totalidade fixa de objetos – o mundo torna-se *ready-made*, ele já vem “pronto” e categorizado e nós o encontramos assim.

Essa realidade e sua independência de uma linguagem são ainda assim, refletida precisamente pela estrutura de nossas palavras, de forma que cada termo dessa linguagem é verdadeiro caso corresponder ao que está no “mundo”, na realidade externa. Esse cenário do realismo metafísico, conforme descreve o filósofo britânico Crispin Wright, envolve:

Pensar no mundo como estando sobreposto ao pensamento de tal maneira que é somente por cortesia de uma profunda harmonia contingente, ou de uma fortuita sorte, que nós temos sucesso – se é que temos – em formar uma descrição geral do mundo que, ao menos substancialmente, é correta. Isso compromete o realista metafísico com a possibilidade de que até uma teoria ideal pode revelar-se falsa ou seriamente incompleta. E esse mesmo tipo de pensamento se revela na ideia de que o mundo manifesta-se como é, em categorias reais, independente de qualquer atividade classificatória de nossa parte. Uma vez que alguém pensa no mundo dessa maneira, ele está presumivelmente comprometido com a simples possibilidade de que criaturas naturalmente conceituais são assim constituídas para não serem propensas a formar conceitos que refletem os verdadeiros tipos que estão aí. A verdadeira especificidade do mundo e seus constituintes iludiriam tanto a cognição quanto a compreensão de tais criaturas. (WRIGHT, 1994)

3.2 UMA PERSPECTIVA “DIVINA”¹⁶

Quanto à segunda tese, *existe uma, e apenas uma descrição completa do ‘mundo tal como ele é’*, é onde Putnam afirma que o adepto do realismo metafísico realmente se afunda numa situação precária. Para enxergar isso, consideremos a posição de um sujeito dentro desse cenário realista e da suposta correspondência entre seus pensamentos ou linguagem e o mundo.

Quando procuramos fornecer uma descrição do *mundo* e da suposta relação entre os pensamentos ou representações humanas e a realidade, somos nós seus emissores. A posição do realismo metafísico é idealizada por nós, portanto somos nós que descrevemos nós mesmos, enquanto situados num mundo composto de objetos independentes da mente. Putnam acredita que tal disposição requer a

16 Existem diferentes nomenclaturas, “God’s eye point of view” ou “Ponto de vista de Deus” é a mais comum.

adoção de uma perspectiva especial a respeito de nós e o mundo: para descrever o cenário do realismo metafísico, torna-se necessário ocupar uma perspectiva fora de nós mesmos: é preciso considerar o mundo pela perspectiva externa de um tipo de observador onisciente, ou de uma *perspectiva externa*.

Nessa perspectiva, o mundo consiste de uma totalidade fixa de objetos que são independentes da mente. Existe exatamente uma descrição completa verdadeira de “como o mundo é”. A verdade envolve algum tipo de relação de correspondência entre os pensamentos ou *símbolos do pensamento* e as coisas exteriores ou conjunto de coisas. Eu devo chamar tal perspectiva a perspectiva externalista, pois seu ponto de vista predileto é aquele com a perspectiva de Deus. (PUTNAM 1981)

Portanto, tal posição torna necessária a pressuposição de uma suposta habilidade de “desembarcar” de nós mesmos e ocupar um prisma externo – é necessário subirmos à posição de um ser divino com acesso superior e uma “visão” privilegiada. Não somente com uma conexão coletiva de todas as perspectivas possíveis, mas aquela espécie única e principal; um acesso sem barreiras à realidade.

Essa posição, também chamada de “ponto arquimediano”, principalmente no âmbito científico, consiste em uma visão hipotética de onde seria possível enxergar ou obter um retrato objetivo de alguma coisa¹⁷. Nessa perspectiva, talvez seja possível descrever a realidade como ela realmente é, além de ser possível descrever qual é a nossa verdadeira relação com ela. Porém, Putnam sustenta que não há possibilidade de removermo-nos da nossa situação conceitual e perceptual humana.

Não existe um ponto de Deus que podemos conhecer ou que seja conveniente imaginarmos; só existem os diversos pontos de vista de pessoas reais refletindo seus diferentes interesses e propósitos aos quais suas descrições e teorias ajustam-se. (PUTNAM, 1981)

3.2.1 O ceticismo desencadeado: cérebros numa cuba

Consideremos, então, a possibilidade proposta por Putnam, copiosamente replicada na cultura popular¹⁸; que em vez de um humano livre, vívido e subsistente, você é, na verdade, um cérebro numa cuba. Praticamente tudo que você sabe sobre

17 O conto “o Aleph” de Borges também tem afinidade com essa metáfora.

18 “You know, I know this steak doesn’t exist”

o mundo exterior é falso. O mundo em que você vive é radicalmente diferente daquilo que suas experiências o levaram a acreditar: “*parece haver pessoas, objetos, o céu, etc.*”, porém, ele consiste realmente, entre outras coisas, apenas em um gelado laboratório onde você, na qualidade de seu cérebro, é mantido vivo. Um cientista malévolo é responsável por esse laboratório e procede em estimular eletricamente seu cérebro numa cuba submersa que, através da conexão com um *supercomputador científico*, lhe fornece a ilusão de uma vida normal. Esse cientista, também “*obliterou todo tipo de memória durante a operação cerebral, então parecerá para a vítima que ela sempre esteve nessa situação*”; todas as experiências que você vivencia e se lembra ter vivenciado, todas as coisas boas e ruins, as caminhadas, as conversas, as interações com os outros humanos e objetos, nada disso é real; nada disso corresponde a nada que normalmente assumimos estar “lá fora”, no mundo. Tudo se trata apenas de uma brilhante e complexa simulação virtual.

Há alguma maneira de que podemos afirmar que essa não é, efetivamente, a situação atual? Se assumirmos que o cientista malévolo não cometa nenhum equívoco – ele é esperto e experiente demais para lhe deixar saber – a presença dele nunca será possível de detectar. Através dessa compreensão, será impossível a você, agora, determinar que não é, de fato, um cérebro numa cuba. É verdade que, devido a certas particularidades desse mundo e da nossa interação com ele, que nos parece tão imediato e autêntico – “*o computador é tão esperto que se a pessoa tentar levantar a mão, a retroação do computador fará com que ela veja e sinta a mão sendo levantada*” –, não nos parece que essa é uma genuína possibilidade. Mas o que exatamente sobre essa sua experiência de vida pode comprovar que você não está flutuando em uma sopa de nutrientes, envolto por cabos e conectores elétricos? Esse cientista malévolo é responsável por quão real tudo se aparenta – ele é até responsável por quão absurdo você julga parecer esse cenário ilusório.

Argumentos como este são frequentemente usados para motivar um ceticismo sobre o conhecimento acerca do mundo exterior de uma maneira moderna. De fato, os chamados exemplos cartesianos, ou de *malin génie*, são paradigmas clássicos do ceticismo epistêmico. Se você não tem motivos sólidos

para não acreditar que é um cérebro numa cuba, então parece provável que você não tenha bons motivos para não pensar que praticamente todas as nossas crenças sobre o mundo externo são falsas. O objetivo de Putnam com o emprego deste experimento é demonstrar como a tese do realismo metafísico se compromete com a ideia de que você pode ser um cérebro em uma cuba mesmo que você nunca possa descobrir que você realmente é.

Putnam está se opondo à visão do realismo metafísico, na qual é possível haver objetos independentes da mente aos quais nós podemos ter sucesso em referir com nossa linguagem. Porém, nenhum conjunto de fatores, sejam eles externos ou internos a nós, pode satisfazer a missão de “alcançarmos” tais objetos. Não pode haver relação de conteúdo, de representação, entre as nossas palavras e os objetos independentes da mente e, da mesma forma, não é possível haver nenhuma relação de referência. O argumento do “cérebro numa cuba” visa demonstrar como nenhum fator interno a nós será capaz de assegurar referência com objetos independentes da mente.

Esse argumento, comumente chamado de *princípio cartesiano*, consiste na demonstração de como uma teoria ideal, com uma correspondência rigorosa entre a nossa linguagem e pensamentos e o mundo, pode, no fim das contas, acabar se revelando falsa. Invariavelmente, esse tipo de conjuntura põe o projeto do realismo metafísico em maus lençóis.

A mais relevante consequência do realismo metafísico é que, presumivelmente, a verdade é não-epistêmica – nós poderíamos ser cérebros numa cuba e, mesmo uma teoria que se revele “ideal” do ponto de vista de utilidade operacional, harmoniosidade e elegância, “plausibilidade”, simplicidade, “conservacionismo”, etc, *pode ser falsa*. “Verificada” (...) não implica “verdade” no retrato do realista metafísico, até mesmo no limite ideal. (PUTNAM, 1978)

3.2.2 Uma teoria mágica de referência e o Guru de Sydney

Nos convêm então pensar, qual a relação entre nossos símbolos, pensamentos e representações com o mundo? Como forma mais interessante de

refletir sobre esse problema, consideremos a seguinte dilema: o que torna uma palavra sobre alguma coisa? Pense numa formiga andando por uma praia deserta. Ela faz o seu percurso natural, talvez procurando algo que possa carregar de volta ao ninho e, nesse processo, acaba por fazer um rastro cujo desenho na areia possui uma semelhança prodigiosa com Winston Churchill. (PUTNAM, 1981)

É possível inferir que a formiga teve sucesso em referir-se a Churchill, o antigo primeiro-ministro britânico e Nobel em literatura de 1953, por virtude dessa similitude representacional que ela produziu na areia? A formiga nunca viu Churchill – formigas são praticamente cegas inclusive –, nunca leu nenhuma de suas obras, essa praia não fica em Dunkirk, ela não tinha a intenção de desenhá-lo na areia e, teria andado do mesmo jeito e pelo mesmo percurso caso Churchill nunca tivesse existido. Parece improvável supor que a formiga poderia ser capaz de referir-se a Winston Churchill.

A razão por que Putnam emprega esse exemplo é na tentativa de desmantelar a ideia que é possível haver meios de representação, onde a simples presença de um símbolo – como as marcas na areia – por si só produzem referência a um objeto. A ideia é que alguns símbolos representacionais possuem um poder intrínseco para representar.

Os “cérebros na cuba” terão as mesmas experiências que consideramos normais em você, eu, ou qualquer outro ser humano: terão as mesmas imagens mentais, as mesmas representações mentais e os mesmos estados mentais. Porém, faltará uma coisa, o cérebro na cuba não terá contato causal com os objetos que ele acredita existirem no mundo. Igualmente, as palavras mais habituais que proferimos, “água”, “gato”, “areia”, “árvore” não denotam para cérebros numa cuba o que denotam para nós, e o mesmo acontece para “cuba”. Então, caso um desses “cérebros” pronunciasse “eu sou um cérebro numa cuba”, a palavra “cuba” não se referiria à cuba que deveria referir para tornar a sentença verdadeira. Consequentemente, a sentença não alcança seu objeto e é portanto falsa. (PUTNAM, 1981)

É importante reparar como esse argumento se ampara a partir da ideia de “externalismo semântico”, uma teoria que Putnam desenvolveu nos anos 70, principalmente no ensaio *The Meaning of Meaning*¹⁹; especialmente em sua conclusão de que um termo só pode referir-se a um objeto externo na condição de haver a existência de uma conexão causal apropriada entre aquele termo e o objeto²⁰.

Naturalmente, os seguidores firmes do realismo, entre eles os realistas científicos, não se convenceram com o argumento de Putnam, remetendo a como eles procuram qualificar referência e verdade. Conseqüentemente, Putnam comenta a suspeita de que esses realistas metafísicos cabeças-duras parecem deter uma teoria alternativa de significado, *uma teoria mágica de significado*. Nessa visão, as conexões causais são dispensadas, as palavras magicamente apontam para as suas referências sem a mediação da interação dos falantes com outros falantes. Aqui a capacidade das palavras como “água”, “gato”, “árvore”, “cuba” atingirem referência com os seus respectivos objetos só depende da relação mágica entre eles, e não da possibilidade do falante vir a ter contato com eles ou não.

A incoerência dessa possibilidade é aludida por Putnam numa irônica história. Nela, a teoria de que somos somente cérebros em uma cuba, não é sustentada

19 Ensaio famoso mais associado com o experimento da “terra gêmea”. Ela descreve como um falante da Terra pode usar o termo “água” para se referir ao líquido H₂O, mas na “terra gêmea” um falante com exatamente o mesmo estado mental pode se referir a um líquido com aparentemente todas as mesmas propriedades, mas que não é H₂O e sim, digamos, XYZ, pelo termo “água”. Então, o termo “água” na terra gêmea não se refere a água, mas a algum outro líquido, mesmo que os estados mentais dos dois falantes sejam virtualmente idênticos: “Os significados não estão na cabeça”. Ou seja, a visão é que os significados de nossos termos não estão dentro de nossas mentes, mas sim que são dependentes das coisas externas à mente do agente.

20 Normalmente causa surpresa a relação aparentemente incompatível entre a tese disposta em *Meaning of ‘Meaning’*, de 1975 e, o posterior suporte de Putnam ao argumento do ‘Realismo Interno’, a partir de 1976. Porém é justamente a partir do argumento de *Meaning of ‘Meaning’* que Putnam procede em fornecer uma refutação contra tanto o ceticismo cartesiano quanto o realismo metafísico. A ideia de Putnam é que não existe nada que pode assegurar a determinação da referência da linguagem humana aos objetos independentes da mente, portanto se não possuímos a capacidade de falar ou pensar sobre os objetos independentes da mente, a tradicional representação do realismo não se sustenta. Considere como os “cérebros numa cuba” possuem praticamente os mesmos pensamentos e experiências que nós, mas que essas experiências não estão conectadas ao mundo externo. A palavra “gato” pronunciada por um “cérebro numa cuba” possuirá um significado diferente da mesma palavra de alguém que não esteja numa cuba. Agora, quando consideramos a questão “eu sou um cérebro numa cuba”, aparentemente sou capaz de pensar essa questão, pois existe uma conexão requerida das palavras “cuba” e “cérebro” que permite que elas se refiram a cérebros e cubas reais. Mas o mesmo não acontece com o “cérebro numa cuba”, o “cérebro na cuba” não consegue nem perguntar ou ao menos pensar essa questão. A conclusão é que o realista não pode sustentar que tais cenários céticos são genuinamente possíveis e aceitar o externalismo semântico. É o realismo metafísico que deve ser rejeitado, ele é auto-destrutivo.

apenas por um lunático solitário ou um grupo pequeno de seguidores, mas pela maioria de um grande país, como a Austrália²¹.

Imagine que na Austrália apenas uma pequena minoria de pessoas acredita naquilo que acreditamos e que a grande maioria acredita que somos cérebros numa cuba. Talvez os australianos acreditem nisso porque sejam todos discípulos de um Guru, o Guru de Sydney, por hipótese. Talvez quando falemos com eles, eles digam: “Oh, se você pudesse falar com o Guru de Sydney e olhar nos seus olhos e ver o homem bom, simpático, sábio que ele é, também ficaria convencido”. E se perguntarmos: “mas como o Guru de Sydney sabe que somos cérebros numa cuba, se a ilusão é tão perfeita como vocês dizem?”, eles replicariam, “Oh, o Guru de Sydney sabe simplesmente”. (PUTNAM, 1981)

Para Putnam, o compromisso do realista metafísico com uma concepção de verdade não-epistêmica e de suas noções semânticas relacionadas destina-se a um ceticismo implausível – ele é simplesmente incoerente.

3.3 A ALTERNATIVA DE PUTNAM: UM REALISMO INTERNO

Now Putnam asks us to consider the question ‘am I a brain-in-a-vat?’ It appears that I can think this question because there exists the required connection between my words ‘brain’ and ‘vat’ to allow them to refer to real brains and real vats. But the same cannot be true of a brain-in-a-vat. For them, ‘brain’ and ‘vat’ cannot refer to a real brain or a real vat but only to some computer-generated simulation of brains and vats. Unlike us who are our unvatted brains, the brain-in-a-vat cannot even ask (or think) the question ‘am I a brain-in-a-vat?’ Our very ability to ask whether we are brains-in-vats shows that we cannot possibly be brains-in-a-vat. The conclusion is that the realist cannot maintain both that such sceptical scenarios are genuinely possible and accept semantic externalism. As Putnam argues in favour of semantic externalism (see Putnam 1975), it is realism that must be rejected. And, furthermore, as, at least according to Putnam, semantic externalism is a necessary part of realism, realism should not just be rejected; it is self-refuting

Putnam sustenta que nós, “humanos que não são cérebros em uma cuba”, estamos de fato numa posição análoga àquela hipotética e fantástica situação do encéfalo submerso. Quando proferimos “gato”, não nos referimos *magicamente* aos objetos

21 A escolha do exemplo ocorrendo na Austrália não é uma coincidência e será repetido na história dos “Superbenthamianos” (última parte deste trabalho). Trata-se de uma referência irônica à escola “Realismo” ou “Materialismo Australiano” de pensadores como J.J.C Smart - que formulou a teoria da identidade - e J. L Mackie com seu não-cognitivism e ceticismo ético. Porém, é principalmente dirigido a Michael Devitt, filósofo contemporâneo que criticou profundamente a posição de Putnam sobre o Realismo. Antagonista de sua posição por mais de 30 anos (PUTNAM 2015), Putnam certa vez declarou que a “atitude desdenhosa de Devitt acerca do antirrealismo é uma equivalência não-filosófica no chute na pedra de Samuel Johnson em sua impugnação a Berkeley”.

independentes da mente, *gatos*; da mesma forma que o cérebro numa cuba não poderia referir-se a *gatos*. O máximo a que o cérebro numa cuba poderia se referir é alguma parte do mundo fictício no qual ele vive: “imagem do gato no computador”, “representação de impulsos elétricos numa simulação²²”. A sugestão de Putnam é que, de forma similar, quando nós proferimos a palavra “gato”, nós não conseguimos nos referir aos “objetos-gato-independentes-da-mente”, mas sim em referir-nos a alguma parte do nosso mundo que é dependente da mente, por exemplo “a representação de um gato”, a “imagem de um gato”. As coisas às quais fazemos referência são dependentes da mente, são parte de nossos esquemas conceituais; nesse sentido, nenhuma das coisas sobre as quais nós falamos ou pensamos são, de algum modo, independentes da mente.

Essa é a visão que Putnam denomina de “Realismo interno”. Segundo esse tipo de realismo, o “mundo independente da mente” não é dividido antecipadamente em fatos e objetos que procuramos trancafiar com nossas palavras, ao contrário da proposta do Realismo Metafísico. Na verdade, os fatos e objetos da maneira que nós os conhecemos são elementos internos de nosso esquema conceitual. Talvez não seja possível dizer nada fora do nosso esquema conceitual, pois não existe nenhuma relação de referência determinada daquilo que possa existir.

Justificativas para o conhecimento demandam apenas uma coerência dentro de um certo esquema conceitual no qual eles foram concebidos para serem aplicados, não há a exigência de uma “realidade externa” ou de uma perspectiva privilegiada que consiga revelar as coisas como elas realmente são.

Os símbolos não correspondem intrinsecamente aos objetos independentemente de como e por quem esses símbolos sejam empregues. Mas um símbolo que seja de fato empregue de um modo particular por uma comunidade particular de utentes pode corresponder a objetos particulares no interior do esquema conceitual destes utentes. Os “objetos” não existem independentemente dos esquemas conceituais. Nós retalhamos o mundo em objetos quando introduzimos um ou outro esquema de descrição. Visto que os objetos e os símbolos estão de modo semelhante no interior do esquema de descrição, é possível dizer qual corresponde ao quê. (PUTNAM, 1981)

22 As vezes, Putnam fala de “*Gato-bits*”

Apesar de a verdade envolver uma correspondência “objetiva” com a realidade – como uma espécie de âncora que limita a “amplitude” desse esquema conceitual –, essa correspondência é internalista, ela procede relacionando-se com outro esquema conceitual particular. Nesse sentido, para Putnam, os objetos são tanto feitos quanto descobertos. Ontologia e verdade são questões “internas”: só são significantes em um dado esquema conceitual.

Portanto, a proposta do realista metafísico em afirmar haver uma e somente uma descrição correta da realidade precisa ser posta a teste, pois a hipótese de haver um *God’s eye point of view*, uma singular e correta descrição do mundo, segundo Putnam, beira a excentricidade:

Uma vez que assumimos que existe, de alguma maneira determinada antecipadamente, uma “realidade” singular e o um único sentido ‘literal’ de ‘existir’ – e, aliás, um único ‘literal’ sentido de ‘identidade’ – um que é esculpido em mármore e não pode ser tanto contraído ou expandido sem adulterar a estátua do Deus, nós já estamos trafegando em *Cloud Cuckoo Land*²³. (PUTNAM 2004)

O argumento de Putnam visa, para esse fim, advogar pela plausibilidade de haver uma pluralidade de maneiras diferentes de se descrever o mundo. Com o intuito, então, de consolidar essa ambiciosa proposta, ele prescreve a sua concepção de *relatividade conceitual* como a forma correta de visualizar e interpretar a realidade. Trata-se de entender como uma situação pode ser descrita de maneiras distintas e possivelmente incompatíveis uma com as outras, mas equivalentemente verdadeiras numa determinada situação.

3.3.1 Relatividade conceitual

Putnam refere-se a doutrina da relatividade conceitual como o coração²⁴ de sua ideia de realismo interno e, apesar de posteriormente ter se afastado dessa espécie de realismo a partir dos anos 90²⁵ em favor de um “realismo direto”, o

23 Expressão metafórica de um estado idealístico e fantasioso. Usada normalmente pejorativamente para qualificar pessoas que preferem acreditar em coisas ou situações impossíveis ou improváveis do que tentar compreender como as coisas realmente são: por exemplo, “he’s living in Cloud Cuckoo Land”. Equivalente a nossa expressão, “viajando no País das Maravilhas”.

24 PUTNAM, 2001 “A Reply to Jennifer Case”

25 Putnam afirma que o principal motivo do abandono do *realismo interno* para um *realismo direto* a partir dos anos 90 foi unicamente em razão da sua teoria de verdade: a ideia de equivalência da verdade com

chamado *conceptual relativism*, ou relativismo conceitual, permaneceu constante na sua filosofia e, de maneira oposta, nunca foi abandonado.

A ideia de relatividade conceitual é normalmente retratada em similaridade com influentes argumentos de outros notáveis pensadores. Por exemplo, ela possui uma grande afinidade tanto com a notória tese de Quine de “inescrutabilidade de referência²⁶” quanto com os escritos de Nelson Goodman, principalmente em “*Ways of Worldmaking*²⁷”. Mas Putnam afirma que a sua particular formulação teve gênese a partir da análise de um teorema complexo no campo matemático de *Model Theory*, o Teorema de Lowenheim-Skolem²⁸, do qual afirmava que suas premissas forneciam consequências abrangentes também para o estudo metafísico. De forma sucinta, sem me ater às particularidades e complexidades matemáticas, podemos exprimi-lo ordinariamente da seguinte maneira:

Se, como uma teoria de correspondência da verdade sustenta, nós aceitarmos que existe um mundo que é independente de nossos pensamentos, então terá de existir um número significativo de relações amparadas entre ele e nossos pensamentos ou asserções. A ideia de Putnam é que, se o mundo consiste em uma infinidade de elementos, é preciso existir diferentes meios de mapear esse mundo com os nossos pensamentos ou asserções. O problema é, então, em um cenário de correspondência, como nós podemos designar dentro dessas relações aquelas das quais nós queremos falar. Não pode haver uma concepção absoluta da realidade nesses termos, ou uma concepção realista “externa” da verdade.

O exemplo preferencial de Putnam para ilustrar esse caso é o da mereologia. (PUTNAM, 1987) Imaginemos que em algum lugar deste universo existe outro planeta, onde há três indivíduos, digamos A, B e C. Agora, quantos objetos existem em tal universo? Se nós empregarmos o nosso conceito ordinário de objeto, existem 3 objetos, A, B e C. Porém, no tipo de lógica criada pelo polonês Łeśniewski²⁹, que Putnam pretende explorar no seu exemplo, os objetos não são concebidos apenas

aceitabilidade racional, nos moldes de uma teoria da verdade pragmática.

26 Inscrutability of reference.

27 E Fact, Fiction and Forecast, 1955

28 Em Realism and Reason, 1989, pg 30

29 Stanisław Leśniewski (1886 – 1939)

como suas unidades, mas também como suas somas. Nesse caso, existem agora 7 objetos nesse mundo: A, B, C, A+B, A+C, B+C, A+B+C.

O que Putnam pretende demonstrar é que existem diferentes formas de organizar e interpretar um dado fenômeno; apesar de fornecerem diferentes respostas, cada uma delas é verdadeira dentro de seu esquema conceitual. Portanto, o que é relativo sobre o mundo é relativo à luz de nossos esquemas conceituais. Nós não podemos descrever o mundo sem utilizar termos que reflitam nossas escolhas conceituais, e nós escolhemos o esquema conceitual que melhor determina como responderemos às questões sobre o mundo.

Até a nossa noção de um objeto é dependente de nosso esquema conceitual subjacente, pois *“as noções particulares de objeto e existência possuem uma multiplicidade de diferentes usos, ao contrário de um ‘significado’ absoluto”*. (PUTNAM 1987) Nós não podemos falar do “mundo” com sua presumida estrutura objetiva e de seus objetos “prontos”, *ready-made*. Para isso, Putnam utiliza uma metáfora para caracterizar esse seu novo posicionamento, rejeitando tipos populares como o fundacionalismo ou algum construtivismo:

Minha visão não é uma visão onde a mente constrói o mundo (ou que a constrói sujeita a restrições impostas por “cânones metodológicos” ou “dados-dos-sentidos” independentes da mente). Se é preciso usar linguagem metafórica, que a metáfora seja essa: A mente e o mundo coletivamente constroem a mente e o mundo. (PUTNAM, 1981)

Quantos objetos existem no mundo, então? Conforme o relativismo conceitual que o realismo interno procura estender, a questão não possui sentido. Na linguagem de Putnam, perguntar em quais objetos o mundo consiste só adquire sentido dentro de uma teoria ou de uma descrição. Se não possuímos ou criamos uma teoria discricionária adequada ou, ainda, uma definição apropriada do que consideramos como um objeto, essa é uma questão sem resposta. Se existem muitas e diferentes formas pelas quais o mundo pode ser descrito, então segue-se que não é possível haver uma única descrição verdadeira do mundo – Putnam conclui afirmando que é preciso existir mais de uma teoria verdadeira e de “descrição completa” que pode ser usada adequadamente para descrever uma mesma situação.

O fenômeno de relatividade conceitual possui verdadeira importância filosófica. Enquanto pensarmos no mundo consistindo de objetos e propriedades em algum sentido filosófico preferencial de objeto e propriedade, (...) nunca veremos como o número e tipo de objetos e suas propriedades podem variar de uma descrição correta de uma situação para outra descrição correta da mesma situação. Apesar de nossas sentenças corresponderem à realidade no sentido de descrevê-las, elas não são simplesmente cópias da realidade. (...) A ideia que algumas descrições são *descrições da realidade como se fossem independentes de perspectiva* é uma quimera. Nossa linguagem não pode ser dividida em duas partes, uma parte que descreve o mundo como é de qualquer jeito e uma parte que descreve a nossa contribuição conceitual. Isso não significa que a realidade é oculta ou númenal; significa simplesmente que você não pode descrever o mundo sem descrevê-lo. (PUTNAM, 1990)

3.3.2 Verdade e “aceitabilidade racional”

À primeira vista, a ideia de relatividade conceitual é intrigante. Não somente por suas premissas, mas principalmente pela concomitante crítica e tentativa de refutação de Putnam, tanto no seu livro *Razão, Verdade e História*³⁰, de 1981, quanto em publicações subsequentes dessa sua fase “putnamiana”, da escola do relativismo na filosofia. Putnam não se considera um relativista e não concorda com os pressupostos relativistas³¹ de seus colegas contemporâneos, como Gilbert Harman no relativismo moral, e Richard Rorty e Thomas Kuhn com sua espécie de relativismo epistêmico. Porém, é instigante tentar entender como a sua ideia de relativismo conceitual, de ideias tais que “*a mente e o mundo constroem coletivamente a mente e o mundo*”, podem acabar não entrando em uma formulação tipicamente relativista, como na ideia de Kuhn e da sua incomensurabilidade de diferentes paradigmas científicos, que apesar de falarem “diferentes línguas” são equivalentemente satisfatórios.

Na concepção de Putnam, o relativismo não se segue de sua ideia de esquemas conceituais, pois mesmo que diferentes justificativas de conhecimento só possam ser avaliadas dentro de um particular esquema conceitual, não se segue que pelo fato de que criamos fatos e criamos valores isso signifique que eles sejam arbitrários ou que não possam ser melhores ou piores. (PUTNAM, 1987) Isso porque, afirma Putnam, existe a possibilidade de ajuizar a suplantação entre diferentes esquemas

30 A principal crítica de Putnam acerca do relativismo é a sua aparente queda na autocontradição, usando exemplos de Platão e Wittgenstein. “*Não é obviamente contraditório sustentar um ponto de vista e, ao mesmo tempo sustentar outro que nenhum ponto de vista é melhor que outro?*” (PUTNAM, 1981, p. 119)

31 Gilbert Harman (ética) e Richard Rorty são relativistas confessos. Thomas Kuhn é um caso controverso.

conceituais, pois, algumas visões são objetivamente melhores que outras (PUTNAM, 1987). Essa última ideia parece ser, de fato, inquestionável.

A ideia se constrói da seguinte maneira: não podemos conceber a existência de uma ontologia do mundo que seja particular ou objetivamente certa. Igualmente, não podemos conceber que exista, no fim, uma única descrição correta do mundo – pois é preciso existirem múltiplas possibilidades de descrição apropriadas em uma determinada situação e, que são verdadeiras à luz de nossos diferentes esquemas conceituais. Porém, mesmo dentro de um certo esquema conceitual particular, a realidade ainda impõe restrições em nós: o nosso esquema conceitual é “disciplinado” pelas experiências reais.

O internalismo não é um simples relativismo que diz, “vale tudo”. Negar que faz sentido perguntar se nossos conceitos *correspondem* a alguma coisa totalmente incontaminada pela conceitualização é uma coisa; mas sustentar que todo sistema conceitual é portanto tão bom quanto qualquer outro seria algo diferente. Se alguém realmente acredita nisso e, se fossem tolos o suficiente para escolher um sistema conceitual que lhes dissesse que podem voar e agissem nesse sentido pulando de uma janela, eles poderiam, se tivessem sorte suficiente de sobreviver, perceber a fragilidade daquela visão resolutamente. O internalismo não nega que existam *inputs* da experiência para o conhecimento; o conhecimento não é uma história sem limites exceto coerência interna; porém nega que existam quaisquer *inputs* que não sejam, em alguma extensão, moldados pelos nossos conceitos, pelo vocabulário que usamos para reportar ou descrevê-los, ou quaisquer *inputs* que admitem apenas uma descrição possível, independentes de todos os esquemas conceituais. Os *inputs* exatos nos quais o nosso conhecimento é baseado são conceitualmente contaminados; mas *inputs* contaminados são melhores que nada. Se inputs contaminados são tudo que nós temos, mesmo assim tudo que temos se mostrou ser bastante coisa. (PUTNAM 1981)

Essa ancoragem dos esquemas conceituais em inputs da experiência é crucial para Putnam preservar o seu realismo no campo da objetividade. Para ele, a verdade é, então, uma questão de aceitabilidade racional ideal ou, de “justificação idealizada”. Pois existem razões cognitivas “realistas” em adotar um certo esquema conceitual em favor de outro:

O que torna um enunciado, ou um sistema global de enunciados – uma teoria ou um esquema conceitual – racionalmente aceitável é, em grande parte, a sua coerência e adequação; coerência das crenças “teóricas” ou menos experienciais uma com as outras e com crenças mais experienciais, e também coerência das crenças experienciais com as crenças teóricas. As nossas concepções de coerência e aceitabilidade estão (...) profundamente entrelaçadas com a nossa psicologia. Elas dependem da nossa biologia e

da nossa cultura; elas não são de modo algum *independentes de valor*. Mas são as nossas concepções, e são concepções de algo real. Elas definem uma espécie de objetividade, objetividade para nós, mesmo não sendo a objetividade metafísica do *ponto de vista de Deus*. (PUTNAM, 1981)

Putnam procura então não equivaler plenamente um ideal de “aceitabilidade racional” com a verdade, mas sim equipará-lo apenas como uma “aproximação da verdade”, pois “a verdade deve ser uma propriedade de um enunciado que não pode se perder, enquanto justificação pode ser perdida”. (PUTNAM, 1981) Por exemplo, enunciados como “a terra é plana”, ou “a terra é estacionária”, há milhares de anos, foram racionalmente aceitáveis, mas agora não são mais³². Isso não significa que a terra sofreu uma gigante alteração morfológica ou gravitacional nesse meio tempo, mas sim que nossa concepção, nosso conhecimento acerca da sua forma, foi alterado através da adoção de um esquema conceitual mais coerente e justificado. A verdade não confere-se mediante de uma relação de nossos pensamentos com uma realidade potencialmente inescrutável, mas sim como está constituída internamente neles, dessa forma podendo fornecer uma saída para o ceticismo cartesiano, seja o de Descartes, dos cérebros numa cuba ou qualquer outro.

Verdade, portanto, pode ser relacionada como uma espécie de aproximação, de uma similitude. Por exemplo, enunciados como “a terra é uma esfera” são aproximadamente verdadeiros. É através desse prisma que podemos entender como tais exemplos procuram demonstrar a natureza da “verdade” como uma idealização da “aceitabilidade racional”: pois nós falamos como se houvesse condições epistemologicamente ideais, o que, na verdade, nunca é o caso. Podemos, por exemplo, fazer analogia com algum tipo de ilustração hipotética cujo objetivo é demonstrar alguma propriedade ou representação física, por exemplo, aviões que não são afetados por atrito, de uma forma absolutamente compreensível, com objetivos traçados, e um alto grau de aproximação, mas sabemos que tais condições nunca podem ser atingidas numa situação real.

O que isso demonstra, em minha opinião, não é que a visão externalista (ou do realista metafísico) é verdadeira no fim das contas, mas que a verdade é uma idealização da aceitabilidade racional. Nós falamos como se houvessem coisas como condições epistemologicamente ideais, e declaramos *verdadeiro* um enunciado se seria justificado em tais condições. “Condições epistemologicamente ideais”, claro, são como “aviões imunes de

32 Ainda que surpreendentemente alguns continuem tentando

atrito”: nós não podemos efetivamente alcançar tais condições, ou até estar absolutamente certos que já chegamos suficientemente perto delas. Mas esses aviões imunes ao atrito muito menos, e ainda assim o exemplo é valioso, pois podemos nos aproximar deles com uma alta porcentagem de conformidade. (PUTNAM, 1981)

4 A INTERDEPENDÊNCIA DE FATOS E VALORES

Mais ou menos como um ensaio examina um assunto de muitos lados em seus vários capítulos, sem analisar o inteiro – pois uma coisa concebida inteira perde de repente sua abrangência e se derrete num conceito –, ele acreditava ver e tratar corretamente o mundo e a própria vida. O valor de um ato ou uma qualidade, sim, até sua natureza e essência, lhe pareciam dependentes das circunstâncias que os rodeiam, dos objetivos a que servem, em suma do todo constituído ora assim ora assado, ao que pertencem.

Musil

O “Realismo Interno” proposto por Putnam promove a adoção de uma solução epistêmica para problemas como verdade e referência. Só a partir de uma certa estrutura teórica e linguística, nós podemos adquirir conhecimento e lidar com a questão da verdade. A ideia de que pode haver uma independência, um ponto de vista externo, precisa ser rejeitada. Não faz sentido compararmos os nossos sistemas de crenças com a realidade, independente de esquemas conceituais. A teoria da verdade com a qual Putnam está comprometido é, portanto, internalista: a realidade é acessada cognitivamente por meio de certos esquemas conceituais e disposta mediante uma espécie de coerência interna.

A principal consequência dessa perspectiva é que nosso conhecimento é todo mediado por meio de um filtro epistêmico – diferentes tipos de valores – pois, sendo eles parte integral de nossos esquemas conceituais, são eles responsáveis pela exata identificação do que é um fato daquilo que não é.

A posição que tenho defendido é que qualquer escolha de esquemas conceituais pressupõe valores, e que a escolha de um esquema para descrever relações interpessoais ordinárias e fatos sociais, para nada dizer sobre pensar no próprio plano de vida, envolve, entre outras coisas, os valores morais de cada um. Um sujeito não pode escolher um esquema que simplesmente *copia* os fatos, pois nenhum esquema conceitual é uma mera *cópia* do mundo. A própria noção de verdade depende em seu conteúdo dos nossos padrões de aceitabilidade racional, e esses, por sua vez, dependem de e pressupõem nossos valores. Para concluir de forma esquemática e breve, estou dizendo que uma teoria da verdade pressupõe uma teoria da racionalidade que por sua vez pressupõe nossa teoria do bem. (PUTNAM, 1981)

A postura de Putnam a favor da justaposição de julgamentos de fato e julgamentos de valor, trouxe o filósofo próximo da chamada dicotomia de fatos e

valores, um antigo problema incipientemente disposto por Hume e, cujo argumento se tornou profundamente enraizado em diversas áreas de estudo nos séculos subsequentes, mas particularmente implicado às discussões éticas.

4.1 UMA BREVE HISTÓRIA DA DICOTOMIA FATO-VALOR

O “Garfo³³”, “Guilhotina” ou “Lei de Hume”, de autoria do filósofo escocês David Hume (1711-76) é normalmente considerado o protótipo da dicotomia fato/valor, sendo reconhecido como quando recebeu sua primeira grande articulação teórica. Hume considerava – de forma muito similar à atitude dos positivistas lógicos dois séculos depois – a sua tradição filosófica precedente e atual, centrada em especulações metafísicas, não somente fatigante, mas também como um berço de “*incerteza e erro*”. A razão para esse solecismo, aos olhos de Hume, residia no fato de que a metafísica não era conduzida símile às ciências empíricas, tendo alterado as indagações abstratas em detrimento da análise profunda das “*operações da mente*”. A fim de tentar corrigir essa desorientação, Hume procurou erigir uma distinção – visando extirpar as dolorosas especulações metafísicas do campo –, onde procurou dividir todos os objetos da razão humana em dois tipos, ‘relações de ideia’ e ‘relações de fato’.

Com a distinção, associada ao seu chamado *is-ought problem*³⁴, Hume tentou demonstrar a nossa incapacidade de transpor os enunciados de fato (o que algo é) para enunciados de valor (como algo *deve* ser); afirmando que todos os fatos do mundo não nos dizem nada sobre como nós os avaliamos e como *devemos* usá-los. Segundo Hume, a moralidade tem a ver apenas com nossas emoções, não com fatos – ela relaciona-se exclusivamente com nossas crenças e nossos sentimentos. Como ele expressa no célebre trecho de seu *Tratado da Natureza Humana*, os fatos concernem uma relação entre objetos e a moralidade consiste na expressão de um agente humano em manifestar seus sentimentos sobre um objeto.

Em todos os sistemas de moral que encontrei até aqui tenho sempre notado que o autor durante algum tempo procede segundo a maneira comum de raciocinar, estabelece a existência de Deus, ou faz observações sobre a

33 Hume’s Fork ou Hume’s Guillotine.

34 Problema do É-Deve ser

condição humana; depois, de repente, fico surpreendido ao verificar que, em vez das cópulas 'é' e 'não é' habituais das proposições, não encontro proposições que estejam ligadas por 'deve' ou 'não deve'. Essa mudança é imperceptível mas é da maior importância. Com efeito, com esse 'deve' e 'não deve' exprimem uma nova relação ou afirmação, é necessário que sejam notados e explicados; e que ao mesmo tempo se dê uma razão daquilo que parece totalmente inconcebível, isto é, de como essa nova relação se pode deduzir de outras relações inteiramente diferentes. Mas como os autores geralmente não têm essa precaução, tomarei a liberdade de a recomendar aos leitores e estou persuadido de que esta ligeira atenção destruirá todos os sistemas correntes de moral e mostrar-nos-á que a distinção do vício e da virtude não se baseia apenas nas relações dos objetos, nem é apreendida pela razão. (HUME, 2016)

Porém, ainda que se assuma que Hume foi o progenitor dessa tese em favor de uma separação fundamentada entre fatos e valores, o maior ímpeto para a sua popularização se deu por pensadores posteriores, principalmente pelos positivistas lógicos do chamado Círculo de Viena.

O Círculo de Viena foi um grupo de cientistas, filósofos e matemáticos que se reuniam na Áustria de 1928 até 1936. Sua intenção consistia em combinar os métodos de análise lógica descobertos por filósofos influenciados pela matemática com perspectivas positivistas e empiricistas de diferentes cientistas e filósofos, como Hume. Como autointitulados herdeiros de David Hume, os positivistas lógicos eram empiristas diligentes, e procuravam produzir uma reorientação na tradição filosófica, afastando-se das suas atividades especulativas, e aproximando-se a um novo padrão, mais esclarecido com as práticas da ciência empírica, principalmente da física.

Uma das implicações de seu posicionamento radical foi que as proposições éticas – uma vez que não podiam ser confirmadas nem refutadas no prospecto da experiência – apenas tinham a aparência de possuírem sentido.

A maior consequência desse posicionamento foi a popularização do princípio *verificacionista*, onde pensadores como Carnap, Reichenbach e Ayer procuraram estabelecer a primazia das proposições que podem ser empiricamente verificadas, tratando os dados empíricos como fatos observados e confirmados, dessa forma livres de valores. Para tal, os positivistas lógicos introduziram a classificação tripartite entre sentenças analíticas, sintéticas e aquelas que não traduzem

significado cognitivo. As analíticas tratavam-se das sentenças assertivas verdadeiras simplesmente em virtude de seu significado – são tautologias que independem de comprovação exterior para serem assumidas como verdades. As assertivas sintéticas dependiam de uma comprovação empírica, não sendo possível se extrair a verdade de forma imediata.

Por fim, e mais importante, os positivistas trataram como óbvia a afirmação que a ética normativa não poderia ser sujeita a uma investigação empírica, tratava-se de um tipo de juízo que só podia expressar as emoções, atitudes ou preferências de um agente e, dessa forma, encontravam-se fora da capacidade de discussão racional centrada numa posição realista. Fazia parte, então, de uma terceira categoria de sentenças, as asserções não dotadas de sentido cognitivo.

Na versão positivista da separação entre fatos e valores, absolutamente todos os juízos éticos são considerados como contrassensos metafísicos do ponto de vista cognitivo. Como os conceitos éticos não apresentam nenhuma correspondência com fatos e, seus conceitos e juízos relacionados passíveis de correção objetiva, os positivistas declararam que tal pensamento implicava necessariamente a expulsão da ética do âmbito da discussão racional; suas asserções eram *nonsense*, ou como afirmava Carnap,

Todas as declarações pertencentes à metafísica, ética normativa e epistemologia têm esse defeito, são, de fato, inverificáveis e portanto, acientíficas. No Círculo de Viena, estamos acostumados a descrever tais declarações como contra-sensos (seguindo Wittgenstein). (CARNAP, 1934)

Foi a partir de tal separação rígida entre os fatos e os valores, que Putnam afirmou que havia sido instituída uma dicotomia. Porém, uma vez rejeitada a tese do realismo metafísico, como ele procurava demonstrar, dela não deveriam restar mais sustentáculos. Pois, apesar de ser possível declarar uma ou algumas distinções entre diferentes tipos, convenções e práticas, uma extrema dicotomia ontológica, como a tese que os valores – como, por exemplo, os do tipo morais –, não podem corresponder a nenhum fato e, por essa razão, que tais juízos seriam subjetivos, ameaçava qualquer tentativa e possibilidade de uma disputa racional nesse campo.

O objetivo de Putnam foi contestar a chamada dicotomia, demonstrando como a partir da sua tese do Realismo Interno, os Fatos e Valores estão entrelaçados de, pelo menos, duas maneiras: primeiro, a partir de uma interdependência que decorre dos *valores epistêmicos* e segundo, de uma *interdependência lógico gramatical*.

4.2 VALORES EPISTÊMICOS

O juízo de Putnam é que a ideia de equiparar objetividade com conteúdo descritivo é uma pressuposição problemática. Conceitos como “verdadeiro”, “falso”, “correto”, “incorreto”, “justificado”, “injustificado”, não são descrições governadas por padrões apropriados para as suas particulares funções e contextos. A linguagem não consiste numa ferramenta cuja única função é descrever o mundo. Uma vez que consigamos livrar-nos da ideia de uma objetividade metafísica que demanda uma correspondência direta e perfeita, poderemos buscar a verdade através das nossas limitações humanas específicas.

Se a verdade não pode ser uma propriedade ou uma relação que se associa independentemente de como nós avaliamos nossos pensamentos e, que também não consiste apenas em um dispositivo gramatical com vias semânticas, é necessário considerar a proposta internalista: a verdade está essencialmente ligada a um tipo de avaliação cognitiva por vias epistêmicas. Nesse tipo de perspectiva, como a do realismo interno de Putnam, a verdade funciona e é determinada a partir de um “avaliador de crenças”, que internamente ordena um certo padrão de coerência. Trata-se então de uma teoria internalista de verdade.

Fato (ou verdade) e racionalidade são noções interdependentes. Um fato é algo em que é racional acreditar, ou, mais precisamente, a noção de fato (ou de um enunciado verdadeiro) é uma idealização da noção de um enunciado que é racional acreditar. “Racionalmente aceitável” e “verdadeiro” são noções que andam de mãos dadas. (...) Ser racional envolve tanto ter critérios de relevância quanto de aceitabilidade racional, e que todos os nossos valores estão envolvidos nos nossos critérios de relevância. A decisão de considerar que uma imagem do mundo é verdadeira (ou verdadeira no nosso entender atual, ou *o mais verdadeira possível*) e que responde às questões relevantes (na medida em que sejamos capazes de lhe responder) assenta em e revela todo o nosso sistema de compromissos valorativos. Um ser sem valores seria também um ser sem fatos. (PUTNAM, 1981)

É possível supor que uma ou algumas distinções podem ser dispostas entre diferentes tipos de juízos valorativos, em diferentes tipos de situação – como valores epistêmicos, valores éticos, estéticos, etc. –, mas é preciso aceitar como todos eles são invariavelmente dependentes do conjunto de práticas através das quais nós estabelecemos o que é objetivo – ou pelo menos “objetivos para nós”.

O fato que aceitabilidade racional nas ciências exatas (...) depende de certas *virtudes* cognitivas tais como “coerência” e “simplicidade funcional” revela que ao menos alguns dos termos valorativos refletem as propriedades de coisas das quais são aplicados, e não somente para os sentimentos da pessoa que usa tais termos (...) Somos então compelidos a concluir que *ao menos* esses termos possuem alguma aplicabilidade objetiva, um tipo de condições de justificação objetiva. (PUTNAM, 1981)

Portanto, sustentar que exista uma “dicotomia”, uma separação rígida entre esses dois campos, onde os “valores” e os “fatos” estão em duas “esferas ontológicas”, e pra sempre descontaminadas um do outro, é, para Putnam, uma crença incoerente.

4.2.1 A Ciência é livre de valores?

Conseqüentemente, os juízos valorativos não podem restringir-se àqueles tipos que normalmente os associamos – os morais principalmente – mas de todos os que são ladeados por critérios de coerência, razoabilidade e racionalidade; essa é a posição de Putnam. A ciência, como qualquer deliberação epistêmica, não é livre de valores – os juízos científico-factuais pressupõem os valores epistêmicos. Putnam afirma que os valores inerentes às ciências modernas são, por exemplo, que as teorias devem ser instrumentalmente eficazes, coerentes, compreensíveis e funcionalmente simples. É a partir desses critérios que uma teoria torna-se – ou a tornamos – racionalmente aceitável.

No seu livro *The Many Faces of Realism*, Putnam procede em revelar como o fenômeno que está no centro de sua concepção de realismo interno, a relatividade conceitual, embora esteja pervasivo na prática científica contemporânea, é tratado “*como se ele não existisse*”. Putnam descreve como, desde o fim do século 19, muitos cientistas começaram a perceber fenômenos curiosos, particularmente

voltados para a ideia que “*existem formas de descrever o que são (de alguma forma) os ‘mesmos fatos’, que são (de alguma forma) ‘equivalentes’ mas também, que são (de alguma forma) ‘incompatíveis’*”. (PUTNAM, 1987)

Essa atitude está relacionada à crença de uma suposta relação íntima entre ciência e verdade e, de uma ontologia profundamente enraizada na consciência coletiva. É possível imaginar que parte dessa bagagem cognitiva possa ter alguma relação com os esforços dos positivistas do Círculo de Viena, como Reichenbach e Carnap, em seu compromisso em resistir a qualquer sugestão que valores poderiam ter alguma parte no processo científico. Para tal, eles tentaram reduzir as hipóteses de seleção científica a um algoritmo, que nunca tiveram êxito e cujo fracasso acabou por representar a queda do projeto lógico-positivista.

Naturalmente, as inconsistências que surgiam estavam diretamente conectadas à relação da ideia do realista metafísico em sustentar uma explicação satisfatória de seus trabalhos científicos a partir dessa perspectiva. Considere como um cientista, interessado não apenas no aspecto instrumental de suas teorias e experimentos, mas também no aspecto metodológico ou ontológico de suas investigações, nunca possui a opção de refugiar-se em uma posição externa, em um ponto de vista não-epistêmico. Um ser humano, para sempre limitado pela sua condição biológica e cultural, influenciado e convencido a partir de mecanismos cognitivos primários e contingentes, nunca poderá ganhar um ponto de vista independente, onde poderá comparar sua teoria com a realidade; como uma planificação privilegiada ou um gabarito cósmico do que realmente está aí.

Não é incoerente deduzir que muitas das nossas melhores e atuais conjecturas teóricas que, sem dúvida, mostraram-se extremamente bem-sucedidas em criar modelos do mundo que funcionam e que fazem previsões matematicamente precisas, podem, e possivelmente devem, conter erros que serão censurados pelos cientistas de centenas de anos além – caso eles venham a possuir algum tipo de “superteoria” gravitacional –, e que sofreremos equivalente anedota por nossa falta ou limitação de sensibilidade racional, como, por exemplo, quando compararmos os nossos exímios e rigorosos modelos físicos com os daquele anacrônico Aristóteles.

Nesse caso, a única alternativa desse responsável cientista atual, será admitir que seu trabalho está, e estará guiado por uma tentativa de cumprir ou seguir com um número de certos critérios operacionais, como, por exemplo, correspondência de seus dados experimentais, estimativas teóricas, simplicidade matemática, rigor e quem sabe até algum tipo de beleza estética interna com os seus modelos. Parte disso reside na aceitação da legítima extensão pela qual os nossos entendimentos cotidianos do mundo são determinados por nossas pressuposições conceituais.

Esse tipo de realismo científico – mais conscientizado pelo aspecto ou a contribuição epistêmica do agente no processo científico – é surpreendentemente cada vez mais admitido por grandes nomes da comunidade científica, como, por exemplo, os físicos, como Sean Carroll e até mesmo Stephen Hawking, um cientista admitidamente aversivo ao valor da discussão filosófica. Hawking, por exemplo, no seu livro *The Grand Design* de 2010, propôs a visão de um tipo de realismo diligente com sua inexorável dependência metodológica, a qual intitulou de *Model-Dependent Realism*, ou “Realismo Dependente de Modelos”. Nele, a ideia de uma teoria física ou, de um “retrato do mundo”, é baseada em uma espécie de modelo – geralmente de natureza matemática – e em um conjunto de regras que conectam os elementos desse modelo com as observações empíricas. Um bom tipo de modelo científico, por exemplo, é aquele que, segundo Hawking, abarca certas características ou princípios:

1. É Elegante 2. Contém poucos elementos arbitrários ou ajustáveis 3. Concorda e explica todas as observações existentes 4. Faz previsões detalhadas sobre futuras observações que podem refutar ou impugnar o modelo se não forem confirmados. (...) Os critérios mencionados são obviamente subjetivos (...) Quando um modelo se confirma insuficiente, uma reação comum é dizer que o experimento foi incorreto. Se isso não se confirma, as pessoas ainda assim não abandonam o modelo mas sim tentam salvá-lo através de modificações. Se as modificações necessárias para acomodar as novas observações se revelam mirabolantes, isso sinaliza a necessidade de um novo modelo. (HAWKING, 2010)

Porém, mesmo com um modelo científico suficientemente flexível e multifacetado, ainda podemos reconhecer a nossa irreversível dependência por ao menos alguns outros valores básicos e necessários para a atividade científica, como

os critérios de relevância e até mesmo de simples escolha do agente, pois como Philip Kitcher descreve:

A ciência (os críticos mencionam) de fato trata certos tipos de verdade como importantes ou interessantes; que são reativas às necessidades e objetivos de certos tipos de pessoas; animadas por certos tipos de valores (particularmente valores que são características contingentes do jeito como a investigação científica é realizada). Se a própria natureza escolhesse as verdades significantes, nós suporíamos que elas seriam equivalentemente úteis para todos, e buscá-las seria equivalentemente compatível com todos os valores, mas a natureza é incapaz de nos informar onde devemos investigar. (KITCHER, 2001)

4.2.2 BANG!

Considere a seguinte analogia com uma parábola do filósofo dinamarquês Søren Kierkegaard³⁵. Ele descreve a história de um paciente de um manicômio que consegue, surpreendentemente, escapar da instituição em que estava confinado, pulando de uma janela. Esse paciente, além de astuto, é muito mais perspicaz que os demais pacientes e, logo que sucede em sua fuga, já começa a “*preparar-se para começar um caminho que lhe garanta liberdade*”, rumo à cidade mais próxima. Então, conforme ele se aproxima, convence-se de que o melhor plano para continuar livre é persuadir todos os seus habitantes de que não é louco, para que assim não lhe mandem de volta ao manicômio. Para isso, decide que só falará fatos, nada de insanidades.

No caminho, ele encontra uma pequena bola de feltro no chão, que prende na dianteira do seu sobretudo. Agora, a cada passo que dá, a bola bate no seu dorso e ele usa esse evento para lembrar-se de falar um fato e seguir seu plano infalível: “*Bang, a terra é redonda!*”. Logo que chega na cidade, o paciente começa a andar pela rua e, ao sentir a bola o batendo a cada passo, lembra-se de enunciar um fato conforme seu plano: “A terra é redonda!”, “O sol está no horizonte!”, “Cavalos são equinos!”, “Estamos na primavera!”, “Tem um gato naquele capacho!”. Depois de pouco tempo, os guardas da cidade o apreendem e o levam de volta ao manicômio: “Sem dúvida, ele é o louco que fugiu”.

35 Originalmente em “Post Scriptum Final não-científico às migalhas filosóficas” de 1846. “Bang! The Earth is Round”, levemente adaptado por mim (ODEN, 1978 p. 50)

A maioria das verdades não importa para você, para mim ou para qualquer um. Por detrás da concepção de que a ciência busca a verdade está a pressuposição de que algumas delas importam mais que as outras; que, enquanto algumas não possuem valor nenhum, outras são de suma importância. Uma ciência que coleta ou procura seus fatos sem nenhum tipo de valoração, com uma valoração incoerente ou ausente de um método racionalmente aceitável, é uma ciência *louca*.

Que o ângulo de um terreno tem um certo radiano, que a composição de um solo tem uma determinada propriedade e que o índice pluviométrico de uma certa região é abundante, são conhecimentos valiosos para quem pretende construir uma casa que mantenha em pé nesse local. Porém, o número exato de insetos e micro-organismos presentes em um hectare de terra ou seus respectivos códigos genéticos em braile não são algo que desperte o interesse de muita gente. Existem coisas que nós queremos saber, que são significantes, e que são conseqüentemente determinadas racionalmente a partir de critérios valorativos. Talvez uma espécie de teoria da verdade ideal para ciência não é uma que procure corresponder aos fatos do “mundo”, ou até a uma espécie de coerência internalista, mas talvez algo como o proposto pelos pensadores do pragmatismo e, que foi posterior e progressivamente incorporada ao pensamento de Putnam – principalmente através da influência do americano John Dewey –, uma ciência orientada pela *procura de verdades significativas ou respostas verdadeiras para perguntas significativas*.

4.3 O EMARANHAMENTO GRAMATICAL

Na opinião de Putnam, as considerações sobre os valores epistêmicos no caso das ciências, apesar de serem parte dos juízos de valor e integrantes da chamada dicotomia, são comumente omitidos das discussões valorativas. A sua omissão não é controversa, pois ninguém consegue, após devida reflexão, negar a influência do agente no processo científico, os valores do qual ele emprega são, normalmente, apenas julgados “subliminais”. Todavia, se é assumido que os julgamentos de valor são apenas expressões de preferência, assim deveria seguir com todos as valorações epistêmicas, como, por exemplo, aceitabilidade racional, justificação,

consistência e simplicidade funcional. Mas sabemos que esse não pode ser o caso, pelo menos para esses valores precisamos pressupor alguma objetividade; um tipo de objetividade interna, em um esquema conceitual particular.

Uma das defesas mais comuns que os adeptos de uma dicotomia intransigente frequentemente mencionam neste caso, é a observação de que quando tratamos com fatos, principalmente na prática científica, um consenso é extremamente mais provável e fácil de se alcançar do que o mesmo tratando de vias de valor. Esse é o Putnam procura intitular do “*argumento da não-controvérsia*”. (PUTNAM 1987)

Porém, diz Putnam, “*nenhuma pessoa sensata deve acreditar que algo é ‘subjetivo’ unicamente porque não pode ser resolvido além da controvérsia*”. (PUTNAM. 1987) Se assumirmos que os juízos de valor são apenas expressões de preferência³⁶, isso deveria seguir-se pelo menos em algum grau quanto às valorações epistêmicas. Mas como essas discussões não são nunca levantadas ou sequer discutidas, a inferência natural é pressupor que o alvo real da chamada dicotomia são, e sempre foram, no seu âmago, os postulados morais. Pois, aliado a isso, quando pensamos no tratamento de fatos e valores de forma distinta, muitas vezes os fatos são expressos “*em algum jargão fiscalista ou burocrático*”, e, por outro lado, os valores “*expostos nos termos valorativos mais abstratos*”. (PUTNAM, 1981)

Ele repara, porém, que dentro dessa concepção popular, os valores morais considerados são sempre aqueles chamados “*conceitos éticos magros*” - tomando as expressões de outros pensadores que investigaram a dicotomia, como Bernard Williams e Elizabeth Anscombe –, usados para fins exclusivamente avaliativos, como, por exemplo, *bom e mau, certo e errado*. Mas Putnam afirma que essa abordagem é incompleta, pois há também aqueles conceitos que possuem a capacidade tanto de avaliar quanto de descrever, os chamados “*conceitos éticos espessos*”.

Conceitos éticos espessos, ou *thick ethical concepts*, são conceitos valorativos com um conteúdo descritivo significativa. Sendo assim, eles aparentemente fazem parte de duas classes simultaneamente, o de julgamentos factuais e de julgamentos de

36 Uma das ideias centrais do não-cognitvismo.

valor. Alguns dos exemplos desta classe de termos são, por exemplo: *superficial, autorrespeito, vazio, distinto, chato, assíduo, bom senso, frugal, prudência, discernimento, explorado, brutal, rude, mentira, glorioso, traição, limitado* e inúmeros outros.

A tese de que pode haver termos “emaranhados” entre fatos e valores é um exemplo para Putnam de como a dicotomia não consegue sustentar-se também nesse campo particular. Apesar de uma distinção entre fatos e valores ser plausível, não pode existir uma presunção dualista entre eles. Classes de juízos descritivos e valorativos não são estritamente disjuntivas, pois existem juízos que cabem em ambas as partes constitutivas da chamada dicotomia – tanto podem ser usados nas funções descritivas quanto nas valorativas. Essa é a chamada tese do emaranhamento³⁷ dos fatos/valores.

Assim como a pressuposição do realismo interno que a nossa linguagem não pode ser dividida em duas partes, uma parte que descreve o mundo como ele é de qualquer jeito e uma parte que descreve a nossa contribuição conceitual, assim segue-se com os valores éticos; eles não podem ser separados em componentes descritivos e prescritivos³⁸. A posição de Putnam é que nunca dispomos de um depósito de juízos factuais sem possuir igualmente um arsenal de juízos valorativos para qualquer situação em que encontremos. Por esse motivo, os conteúdos descritivos são sempre *theory-laden*³⁹ com valores, sempre através de um ponto de vista, ou como Putnam procura exemplificar numa situação hipotética:

Que existem montanhas na área limitada por 70° W e 75° W e por 40° N e 45° N é um fato objetivo se algo realmente é; mas dado que é parte do conceito de montanha que montanhas sejam grandes o suficiente para se ver, necessariamente se segue que se existem montanhas nessa área, e se há condições apropriadas (pessoas que sabem suas próprias latitudes e longitudes e estejam lá para vê-las, e que não haja nada interferindo sua visão das montanhas, etc.) será garantidamente assertivo [justificado] que existem montanhas na área mencionada. Para podermos entender a asserção que existe uma montanha nessa área, é preciso entender o que é uma montanha, como ela se parece; e ainda mais, é preciso possuir uma perspectiva. (PUTNAM, 2005)

37 As vezes é traduzido por “entrelaçamento”. Acho que, para melhor aproximar com a ideia de Quine do “tecido de sentenças”

38 Normalmente atribuído ao filósofo sul-africano John McDowell. Chamado *disentangling argument*, ou argumento do desemaranhamento.

39 “Carregados de Teoria”

4.3.1 Conceitos éticos espessos e os “Superbenthamianos”

Putnam fornece um exemplo particularmente ilustrativo deste emaranhamento entre conteúdo descritivo e conteúdo valorativo. Para tal, ele evoca a imagem hipotética de uma sociedade geograficamente distante e dissimilar ideologicamente a nós e a todos os outros. Cogita ele que a Austrália sofreu uma profunda mudança psicológica que, apesar de não ter afetado sua capacidade epistêmica nas suas funções mais básicas, pois, “*concordam conosco em história, geografia e ciências exatas, etc.*”, eles, por outro lado, “*discordam conosco em questões éticas*”. O continente australiano passou então a ser povoado por uma população imoderadamente convertida a uma ideologia hedonista extrema; uma espécie de utilitarismo evangélico. Que os chamemos então de *superbenthamianos*, em “homenagem” a Jeremy Bentham.

Suporei que os *superbenthamianos* são extremamente sofisticados, conscientes de todas as dificuldades de prever o futuro e de avaliar exatamente as consequências das ações e (...) também são extremamente impiedosos, e embora não fizessem ninguém sofrer no interesse da maior felicidade do maior número, se houvesse dúvida razoável de que de fato a consequência de sua ação seria ocasionar a maior felicidade do maior número, em casos em que se sabe quais serão as consequências (...), estariam dispostos a executar as ações mais horríveis – torturar crianças ou condenar pessoas por crimes que não cometeram – se o resultado destas ações fosse aumentar no longo prazo a felicidade coletiva. (PUTNAM, 1981)

Putnam procura demonstrar como esse desacordo, entre essa ideologia exótica e a nossa, é do tipo que nós provavelmente assumiríamos ser daquela espécie de grupos onde as pessoas concordam em torno dos fatos, mas discordam quanto aos valores. Mas observemos de perto: dentre as suas muitas idiossincrasias, concordamos que esse grupo de pessoas estaria disposto a cometer diversos atos que nós consideraríamos ominosos em favor da felicidade geral, como, por exemplo, dizer mentiras ou exercer algum tipo de crueldade.

Podemos assumir então que, após décadas ou gerações de extrema diligência e abnegação à causa por esse povo de ideologia tão peculiar, o uso das descrições de termos como *cruel, honesto, bom senso, limitado, bom cidadão*, - que procuram descrever uma parte de seu mundo, através de seu esquema conceitual – se tornariam extremamente diferentes dos usos desse termo descritivo entre nós.

O vocabulário disponível para descrições interpessoais será inteiramente diferente do vocabulário disponível para nós. Não apenas lhe faltarão, ou terão alterado para além do reconhecimento, muitos dos nossos recursos descritivos, mas muito provavelmente inventarão sua própria nova terminologia (...) A textura do mundo humano começará a mudar. Com o decorrer do tempo os *superbenthamianos* e nós acabaremos por viver em mundos diferentes. (PUTNAM, 1981)

Esse não é, portanto o caso de um simples desencontro entre juízos de valor; a maioria das nossas descrições de fato que utilizamos, em contraposição às desses *superbenthamianos*, estarão em profunda incompatibilidade ontológica. Os termos éticos “espessos” dos quais nós e essa comunidade dispomos serão empregados não somente para expressar um tipo de preferência particular da sua concepção de racionalidade, mas também para descrever um aspecto factual desse mundo privativo deles. E, tal como a incapacidade que os “cérebros numa cuba” têm,

(...) em aprender corretamente o modo como o mundo é, é um resultado direto dos seus padrões de racionalidade doentes – os seus padrões de racionalidade teórica – assim a incapacidade dos *superbenthamianos* para aprender corretamente o modo como o mundo é, é um resultado direto da sua concepção doente de prosperidade humana. (PUTNAM, 1981)

Portanto, como “*todo fato é carregado de valor e cada um de nossos valores é carregado de algum fato*” (PUTNAM, 1981), se nós, como Putnam acreditava, nos encontrássemos, por hipótese, desengaiolados de qualquer tipo de valor, nós então não possuiríamos apenas nenhum tipo de mundo físico, mas também nenhum tipo de mundo humano. Então, se desejássemos – se é que seria possível – conceber uma metafísica apartada da ética, a única metafísica possível seria uma metafísica cega. (PUTNAM, 1976)

5 CONCLUSÃO

Conforme Putnam anuncia no seu prefácio de *Razão, História e Verdade* de 1981, a sua maior preocupação nessa obra e também durante boa parte das seguintes décadas, foi impugnar certas dicotomias tradicionais presentes tanto na prática filosófica, quanto no senso comum que, diz ele, eram infundadas e errôneas. Entre elas estavam, a mente e o mundo, as visões objetivas e subjetivas da verdade e, especialmente, a distinção entre fatos e valores. Essas dicotomias, argumenta, foram definidas e permeadas no nosso pensamento de tal forma, por consequência de uma visão ontológica profundamente enraizada e influente, a do “realismo metafísico”.

Essa posição revelou um Putnam comprometido com a responsabilidade e a tentativa de demonstrar a insustentabilidade dessa visão e, do desejo de trocá-la por uma perspectiva radicalmente diferente, a chamada tese do “realismo interno”. A partir dessa visão, todas as chamadas dicotomias tornam-se quebradiças. A alienação moral e cognitiva induzida por conceber o mundo segundo o realismo metafísico, existindo em independência total de nosso aparato conceitual e, assim, ausente de qualquer tipo de valor, é substituído por uma compreensão preeminente de nosso lugar na natureza e da qualidade do conhecimento e da verdade.

Uma vez que conseguimos admitir a nossa inexorável dependência por uma coerência interna de nossos esquemas conceituais, pois, até os nossos mais paradigmáticos acessos ao que realmente está lá fora pressupõem valores e que as noções de racionalidade não se restringem aos laboratórios, é possível visionar um sistema sensato de ajuizamento dos nossos mais diferentes tipos de problemas, sejam eles de origem científica, de origem moral, ou de qualquer outro tipo, apropriados para uma sociedade mais saudável, flexível e capaz de desenvolver concepções de verdade, racionalidade e objetividade mais sensatas que aquelas que nos envolvem atualmente.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. **Sentido e Percepção**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2021
- BERKELEY, George. **A Treatise Concerning the Principles of Human Knowledge**. New York: Barnes & Nobles. 2006
- BLACKBURN, Simon. **On Truth**. Oxford: Oxford University Press, 2018
- BORGES, Jorge Luis. **Borges Oral & 7 Noites**. São Paulo: Companhia das letras, 2017
- BORGES, Jorge Luis. **O Aleph**. São Paulo: Companhia das letras, 2016
- CARNAP, Rudolf. **The Unity of Science**. London: Kegan Paul, 1934
- CLARK, Peter. HALE, Bob, eds. **Reading Putnam**. Oxford: Basil Blackwell, 1994
- DEVITT, Michael. **Realism and Truth**. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- HARMAN, Gilbert. **The Nature of Morality: an Introduction to Ethics**. New York: Oxford University Press, 1977
- HAWKING, Stephen. MLODINOW, Leonard. **The Grand Design**. New York: Bantam Books, 2010
- HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. São Paulo: Editora UNESP, 2004
- HUME, David. **Tratado da Natureza Humana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016
- KIERKEGAARD, Søren. ODEN, Thomas. (eds). **Parables of Kierkegaard**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1978
- KITCHER, Phillip. **The Advancement of Science: Science without legend, Objectivity without Illusions**. New York: Oxford University Press, 1993
- KITCHER, Phillip. **Science, Truth and Democracy**. New York: Oxford University Press, 2001
- KUHN, Thomas. **The Structure of the Scientific Revolutions**. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1970
- MARCHETTI, Giancarlo. MARCHETTI, Sarin. Eds. **Facts and Values: the Ethics and Metaphysics of Normativity**. New York: Routledge. 2017

MUSIL, Robert. **O Homem sem qualidades**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2015

NIINILUOTO, Ilkka. **Critical Scientific Realism**. New York: Oxford University Press, 2002

PUTNAM, Hilary. **Reason, Truth and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981

PUTNAM, Hilary. **The Many Faces of Realism**. LaSalle, Illinois: Open Court Publishing Co., 1987

PUTNAM, Hilary. **Representation and Reality**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1989

PUTNAM, Hilary. **Realism and Reason: Philosophical Papers**, Vol. 3. Cambridge: Cambridge University Press, 1989

PUTNAM, Hilary. **Realism with a Human Face**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1990

PUTNAM, Hilary. **Renewing Philosophy**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1992

PUTNAM, Hilary. **The collapse of the fact/value dichotomy and other essays**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2002

PUTNAM, Hilary. **Ethics without Ontology**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2004

PUTNAM, Hilary. **“Pragmatism and nonscientific Knowledge”**. Em Hilary Putnam: Pragmatism and Realism. J. Conant & U. Zeglen. Eds. **Hilary Putnam: Pragmatism and Realism**. New York: Routledge, 2005

PUTNAM, Hilary. BAGHRAMIAN, Maria, eds. **Reading Putnam**. New York: Routledge, 2013

RORTY, Richard. **A Filosofia e o Espelho da Natureza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994

SCHWARTZ, Stephen. P. **Uma breve história da Filosofia Analítica: de Russell a Rawls**. São Paulo: Edições Loyola, 2017

WRIGHT, Crispin. **“On Putnam’s Proof that we are not Brains-in-a-vat”**. Em Reading Putnam, P. Clark & B.Hale (eds). Oxford: Blackwell, 1994